

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Equatorial Energia S.A. (“Companhia” ou “Equatorial” ou “Controladora”) sociedade anônima de capital aberto, com sede na cidade São Luís, Estado do Maranhão, tem por objetivo a participação em outras sociedades, prioritariamente em operações de geração ou distribuição de energia elétrica. A Companhia possui ações negociadas na BM&F BOVESPA sob o *ticket* “EQTL3” e desde 2008 participa do Novo Mercado.

Por meio do Despacho nº 4.621, de 25 de novembro de 2014, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL aprovou modelo de aditivo aos contratos de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, cujo objetivo é garantir que os saldos remanescentes de ativos ou passivos regulatórios relativos a valores financeiros a serem apurados com base nos regulamentos preestabelecidos pela ANEEL, incluídos aqueles constituídos após a última alteração tarifária comporão o valor da indenização a ser recebida pelo concessionário em eventual término da concessão, por qualquer motivo. As controladas CEMAR e CELPA, nos termos da legislação vigente, celebraram o referido aditivo em 10 de dezembro de 2014, com a aprovação de seus Conselhos de Administração.

2 Entidades controladas e controladas em conjunto

A Equatorial mantém investimentos conforme demonstrado a seguir:

	Nota	30/09/2016
CEMAR	(a)	65,11%
55 Soluções	(b)	100,00%
CELPA	(c)	96,50%
Geradora de Energia do Norte	(d)	25,00%
Vila Velha	(e)	50,00%
Equatorial Telecomunicações	(f)	0,04%
(a)	Companhia Energética do Maranhão (“CEMAR”): Sociedade anônima de capital aberto que tem como atividade principal a distribuição de energia elétrica. A área de concessão da CEMAR é o Estado do Maranhão, atendendo a mais de 2,2 milhões de clientes e cobrindo uma área superior a 333 mil km ² . O contrato de concessão de distribuição de energia elétrica nº 060/2000, celebrado entre a Companhia, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e a CEMAR em 28/08/2000, possui vigência até agosto de 2030, podendo ser prorrogado por mais um período de 30 anos.	
(b)	55 Soluções S.A.: Sociedade anônima de capital fechado, com sede e foro na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, que tem como atividades principais: a) a prestação de serviços em negócios de energia elétrica, telecomunicações e transmissão de dados; b) a prestação de serviços de cobrança de fatura de energia elétrica em nome e por conta de terceiros; e c) a prestação de serviços técnicos de operação, manutenção e planejamento de instalações elétricas de terceiros.	
(c)	Centrais Elétricas do Pará S.A. (CELPA): Sociedade anônima de capital aberto, com sede na cidade de Belém, no Estado do Pará, que atua na distribuição e geração de energia elétrica na área de sua concessão legal que abrange todo o Estado do Pará com 1.248 mil km ² , atendendo 2,3 milhões de consumidores em 144 municípios. O contrato de concessão de distribuição de energia elétrica nº 182/1998, celebrado entre a ANEEL e a CELPA em 28/07/1998, possui vigência até julho de 2028, podendo ser renovado por mais um período de 30 anos. Além do contrato de distribuição acima mencionado, a Companhia possuía Contrato de Concessão de Geração nº 181/1998 de 34 Usinas Termelétricas, sendo 11 próprias e 23 terceirizadas, para a exploração de geração de energia elétrica, pelo prazo de 30 (trinta) anos, com vencimento em 28/07/2028, renovável por igual período. Em 15/3/2011 o Ofício nº 331/2011 - SCG/ANEEL	

extinguiu a concessão das usinas termelétricas terceirizadas, permanecendo como concessão da Companhia as 11 termelétricas próprias.

- (d) Geradora de Energia do Norte S.A.: é a Sociedade responsável pela implantação e operação das usinas termoeletricas de Tocantinópolis e de Nova Olinda, no município de Miranda do Norte, no Estado do Maranhão, com capacidade instalada de 330 MW, as quais fornecem energia para o Sistema Interligado Nacional. Em 1º de outubro de 2008, a Equatorial adquiriu 25% das ações representativas do capital social da Companhia. O consórcio que detém o controle da Companhia é composto pela Equatorial Energia S.A. (25%), Fundo de Investimentos em Participações Brasil Energia (25%) e GNP S.A. (50%). A GNP S.A., por sua vez, é composta pela Servtec Investimentos e Participações Ltda. (50%) e Companhia Ligna de Investimentos (50%). O controle da Companhia é compartilhado e regido por Acordo de Acionistas.
- (e) Vila Velha Termoeletricas Ltda.: ainda em fase pré-operacional, é a sociedade responsável pela implantação e operação de usinas termoeletricas no Estado do Espírito Santo. A Equatorial Energia detém 50% do seu capital. O controle da Companhia é compartilhado e regido por Acordo de Acionistas.
- (f) Equatorial Telecomunicações Ltda.: Empresa de direito privado com sede em São Luís, Estado do Maranhão, que tem como suas atividades a prestação de serviços de telecomunicações, serviço telefônico fixo, serviços de comunicação multimídia, provedores de voz sobre o protocolo de internet e prestação de serviços de informações em telefonia.

As controladas CEMAR, CELPA e 55 Soluções serão doravante mencionadas nas notas explicativas abaixo apenas como “Controladas”.

A Geradora de Energia do Norte e a Vila Velha são empresas controladas em conjunto pela Equatorial Energia, contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação.

As apresentações das informações trimestrais das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

Todos os saldos e transações entre as empresas foram eliminados na consolidação.

3 Base de preparação e apresentação das informações trimestrais

3.1 Declaração de conformidade

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional de relatório financeiro IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, assim como práticas contábeis adotadas no Brasil (BR-GAAP) que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas nos Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das informações trimestrais – ITR.

A emissão dessas informações trimestrais individuais e consolidadas para o período findo em 30 de setembro de 2016 foi autorizada pelo Conselho de Administração em 10 de novembro de 2016.

3.2 Base de mensuração

As informações trimestrais foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais pelo valor justo: Ativo financeiro da concessão; instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos.

3.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas informações trimestrais são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas informações trimestrais, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Itens significativos sujeitos a esses julgamentos, estimativas e premissas incluem:

Nota explicativa 7 - critérios de análise de risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa;

Nota explicativa 15 - critério de apuração e atualização do ativo financeiro da concessão;

Nota explicativa 17 - cálculo da amortização do ativo intangível da concessão de forma linear pelo prazo correspondente ao direito de cobrar os consumidores pelo uso do ativo da concessão que o gerou (vida útil regulatória dos ativos) ou pelo prazo do contrato de concessão, dos dois o menor;

Nota explicativa 22 - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados;

Nota explicativa 25 - Reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas por meio da avaliação da probabilidade de perda que inclui avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos;

Nota explicativa 34 - reconhecimento dos custos dos planos de aposentadoria com benefícios de assistência médica pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria, através da avaliação atuarial que envolve o uso de premissas sobre taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões;

Nota explicativa 35 - definição do valor justo através de técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado, para ativos e passivos financeiros não obtidos em mercados ativos.

3.5 Retificação de valores correspondentes

A Companhia, em busca de aprimoramento e visando uma melhor análise na apresentação das suas demonstrações financeiras, está reclassificando os itens referentes ao exercício período findo em 30 de setembro de 2015, de acordo com o CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis (R1) e CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (R3).

A reclassificação da demonstração do resultado do período se deve, principalmente, à aglutinação da linha de “encargo uso do sistema de transmissão e distribuição” com “energia elétrica comprada para revenda” e demais custos da operação, e despesas de mesmas naturezas (vendas e administrativas). Adicionalmente, em 30 de setembro de 2015, não foi divulgado o lucro líquido diluído. Ajustes conforme demonstrados abaixo:

	Consolidado		
	Publicado em 2015 01/01/2015 a 30/09/2015	Reclassificação 01/01/2015 a 30/09/2015	Publicado em 2016 01/01/2015 a 30/09/2015
Receita operacional líquida	5.259.238	-	5.259.238
Custo de energia elétrica e construção	(4.049.047)	-	(4.049.047)
Custo da energia elétrica, construção e operação	(3.641.728)	-	(3.641.728)
Energia elétrica comprada para revenda e custos de transmissão	(2.758.613)	(145.125)	(2.903.738)
Custo de construção	(737.990)	-	(737.990)
Encargo uso do sistema de transmissão e distribuição	(145.125)	145.125	-
Custo da operação	(407.319)	-	(407.319)
Pessoal	(82.574)	82.574	-
Material	(11.277)	11.277	-
Serviços de terceiros	(158.001)	158.001	-
Depreciação e amortização	(158.565)	158.565	-
Arrendamentos e aluguéis	(16.576)	16.576	-
Subvenção CCC	10.995	(10.995)	-
Outros	8.679	(8.679)	-
Lucro bruto	1.210.191	-	1.210.191
Despesas com vendas	(199.895)	(88.599)	(288.494)
Despesas gerais e administrativas	(161.987)	(90.207)	(252.194)
Despesa com pessoal de administradores	(47.689)	47.689	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perda com créditos incobráveis	(88.599)	88.599	-
Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	(9.135)	9.135	-
Amortização	(33.383)	33.383	-
Amortização do direito de concessão	(5.030)	-	(5.030)
Resultado da equivalência patrimonial	24.516	-	24.516
Outras despesas operacionais, líquidas	(131.605)	-	(131.605)

Equatorial Energia S.A.
Informações Trimestrais em
30 de setembro de 2016

Consolidado			
	Publicado em 2015 01/01/2015 a 30/09/2015	Reclassificação 01/01/2015 a 30/09/2015	Publicado em 2016 01/01/2015 a 30/09/2015
Total de despesas operacionais	(652.807)	-	(652.807)
Resultado antes do resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social	557.384	-	557.384
Receitas financeiras	1.903.648	-	1.903.648
Despesas financeiras	(1.436.408)	-	(1.436.408)
Resultado financeiro líquido	467.240	-	467.240
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	1.024.624	-	1.024.624
Contribuição social	(27.918)	-	(27.918)
Imposto de renda	(83.657)	-	(83.657)
Incentivos fiscais	68.384	-	68.384
IRPJ e CSLL diferidos	(206.339)	-	(206.339)
Impostos sobre o lucro	(249.530)	-	(249.530)
Lucro líquido do período	775.094	-	775.094
Resultado atribuível aos:			
Acionistas não controladores	109.189	-	109.189
Acionistas aos acionistas da controladora	665.905	-	665.905
Lucro líquido do período	775.094	-	775.094
Lucro do período básico por lote de mil ações - R\$	3,3538	0,54993	3,9038
Lucro do período diluído por lote de mil ações - R\$	-	3,8224	3,8224
Quantidade de ações no final do período	198.551	-	198.551

Consolidado			
	Publicado em 2015 01/07/2015 a 30/09/2015	Reclassificação 01/07/2015 a 30/09/2015	Publicado em 2016 01/07/2015 a 30/09/2015
Receita operacional líquida	1.862.072	-	1.862.072
Custo de energia elétrica e construção	(1.392.428)	-	(1.392.428)
Custo da energia elétrica, construção e operação	(1.232.677)	-	(1.232.677)
Energia elétrica comprada para revenda e custos de transmissão	(927.293)	(53.928)	(981.221)
Custo de construção	(251.456)	-	(251.456)
Encargo uso do sistema de transmissão e distribuição	(53.928)	53.928	-
Custo da operação	(159.751)	-	(159.751)
Pessoal	(26.108)	26.108	-
Material	(5.100)	5.100	-
Serviços de terceiros	(49.236)	49.236	-
Depreciação e amortização	(69.366)	69.366	-
Arrendamentos e aluguéis	(6.747)	6.747	-
Subvenção CCC	718	(718)	-
Outros	(3.912)	3.912	-
Lucro bruto	469.644	-	469.644
Despesas com vendas	(63.148)	(33.039)	(96.187)
Despesas gerais e administrativas	(60.532)	(23.048)	(83.580)
Despesa com pessoal de administradores	(10.062)	10.062	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perda com créditos incobráveis	(33.039)	33.039	-
Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	(1.467)	1.467	-
Amortização	(11.519)	11.519	-
Amortização do direito de concessão	(1.676)	-	(1.676)
Resultado da equivalência patrimonial	5.429	-	5.429
Outras despesas operacionais, líquidas	(45.623)	-	(45.623)
Total de despesas operacionais	(221.637)	-	(221.637)

Equatorial Energia S.A.
Informações Trimestrais em
30 de setembro de 2016

	Consolidado		
	Publicado em 2015	Reclassificação	Publicado em 2016
	01/07/2015 a	01/07/2015 a	01/07/2015 a
	30/09/2015	30/09/2015	30/09/2015
Resultado antes do resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social	248.007	-	248.007
Receitas financeiras	816.394	-	816.394
Despesas financeiras	(890.234)	-	(890.234)
Resultado financeiro líquido	(73.840)	-	(73.840)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	174.167	-	174.167
Contribuição social	(2.647)	-	(2.647)
Imposto de renda	(3.132)	-	(3.132)
Incentivos fiscais	(202)	-	(202)
IRPJ e CSLL diferidos	(53.428)	-	(53.428)
Impostos sobre o lucro	(59.409)	-	(59.409)
Lucro líquido do período	114.758	-	114.758
Resultado atribuível aos:			
Acionistas não controladores	34.335	-	34.335
Acionistas aos acionistas da controladora	80.423	-	80.423
Lucro líquido do período	114.758	-	114.758
Lucro do período básico por lote de mil ações - R\$	0,4050	0,17293	0,5780
Lucro do período diluído por lote de mil ações - R\$	-	0,5659	0,5659
Quantidade de ações no final do período	198.551	-	198.551

A reclassificação da demonstração do fluxo de caixa da controladora se deve à apresentação do imposto de renda e contribuição social correntes e sobre o lucro a recolher, e resultado de equivalência patrimonial com ganhos (perdas) no investimento, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora		
	Publicado em 2015 30/09/2016	Reclassificação	Publicado em 2016 30/09/2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do período	665.905	-	665.905
Ajustes para:			
Amortização e depreciação	5.080	-	5.080
Resultado de equivalência patrimonial	(658.191)	804	(657.387)
Ajuste a valor presente	6.023	-	6.023
Rendimentos de aplicações financeiras	(28.688)	-	(28.688)
Impostos de renda e contribuições sociais correntes	(12.928)	25.856	12.928
Pagamento com base em ações	19.722	-	19.722
Ganho (perda) no investimento	(8.461)	(804)	(9.265)
	<u>(11.538)</u>	<u>25.856</u>	<u>14.318</u>
Variações nos ativos e passivos, circulante e não circulantes			
Depósitos judiciais	(4.052)	-	(4.052)
Dividendos a receber	15.570	-	15.570
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	(3.905)	-	(3.905)
Outros créditos a receber	(10.141)	-	(10.141)
Fornecedores	152	-	152
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	4	-	4
Impostos e contribuições a recolher	342	-	342
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	23.210	(25.856)	(2.646)
Participação nos lucros	(1.246)	-	(1.246)
Outras contas a pagar	2.369	-	2.369
	<u>22.303</u>	<u>(25.856)</u>	<u>(3.553)</u>
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>10.765</u>	<u>-</u>	<u>10.765</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Resgates/ Aplicações financeiras	(25.281)	-	(25.281)
Recebimento de dividendos	-	-	-
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento	<u>(25.281)</u>	<u>-</u>	<u>(25.281)</u>
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamento	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	<u>(14.516)</u>	<u>-</u>	<u>(14.516)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	23.226	-	23.226
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	8.710	-	8.710
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	<u>(14.516)</u>	<u>-</u>	<u>(14.516)</u>

Equatorial Energia S.A.
Informações Trimestrais em
30 de setembro de 2016

A reclassificação da demonstração do fluxo de caixa consolidado se deve à apresentação do lucro líquido com a inclusão da participação dos minoritários, uma vez que no período anterior foi apresentado apenas o lucro da Controladora, conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado		
	Publicado em 2015 30/09/2016	Reclassificação	Publicado em 2016 30/09/2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do período	665.905	109.189	775.094
Ajustes para:			
Amortização e depreciação	196.770	-	196.770
Resultado de equivalência patrimonial	(24.516)	-	(24.516)
Baixa de intangível	56.824	-	56.824
Atualização do ativo financeiro	(176.964)	-	(176.964)
Encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas	690.525	-	690.525
Perda (ganho) com instrumentos derivativos	(175.658)	-	(175.658)
Ajuste a valor presente	(468.209)	-	(468.209)
Provisão (reversão) para crédito de liquidação duvidosa e perdas com créditos incobráveis	88.599	-	88.599
Provisão (reversão) para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	24.306	-	24.306
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	552.826	-	552.826
Rendimentos de aplicações financeiras	(149.562)	-	(149.562)
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	206.486	(147)	206.339
Impostos de renda e contribuições sociais correntes	43.191	-	43.191
Pagamento com base em ações	19.722	-	19.722
Ganho (perda) no investimento	(8.461)	9.274	813
Dividendos propostos a pagar	-	(6.435)	(6.435)
Participação de acionistas não controladores	120.827	(120.827)	-
Outros	1.560	8.799	10.359
	1.664.171	(147)	1.664.024
Variações nos ativos e passivos, circulante e não circulantes			
Contas a receber de clientes	(527.014)	-	(527.014)
Recuperação de custo de energia e encargos	(52.786)	-	(52.786)
Aquisição de combustível - conta CCC	41.448	-	41.448
Serviços pedidos	(47.431)	-	(47.431)
Depósitos judiciais	(13.725)	-	(13.725)
Estoques	7.176	-	7.176
Dividendos a receber	-	-	-
Impostos e contribuições a recuperar	3.252	-	3.252
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	(16.300)	-	(16.300)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	147	147
Sub-rogação da CCC	44.490	-	44.490
Outros créditos a receber	(12.537)	-	(12.537)
Fornecedores	(270.098)	-	(270.098)
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	(318)	-	(318)
Impostos e contribuições a recolher	4.739	-	4.739
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	(37.686)	-	(37.686)
Encargos do consumidor	42.012	-	42.012
Contribuição de iluminação pública	(15.085)	-	(15.085)
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	14.451	-	14.451
Participação nos lucros	(5.201)	-	(5.201)
Plano de aposentadoria e pensão	-	-	-
Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	(25.678)	-	(25.678)
Juros pagos	(137.275)	-	(137.275)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(11.732)	-	(11.732)
Outras contas a pagar	75.487	-	75.487
	(939.811)	147	(939.664)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	724.360	-	724.360
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Aquisições no ativo intangível e imobilizado	(574.345)	(135)	(574.480)
Aquisição ativo imobilizado	(135)	135	-
Resgates/ Aplicações financeiras	(4.999)	-	(4.999)
Recebimento de dividendos	15.570	-	15.570
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento	(563.909)	-	(563.909)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Captação de empréstimos e financiamentos e debêntures	864.638	-	864.638
Amortização de empréstimos e debêntures	(884.052)	-	(884.052)
Amortização de instrumentos financeiros derivativos	(65.103)	-	(65.103)
Recuperação judicial	98.992	-	98.992
Recurso destinado para aumento de capital	-	-	-

	Consolidado		
	Publicado em 2015	Reclassificação	Publicado em 2016
	30/09/2016		30/09/2015
Dividendos pagos	(3.069)	-	(3.069)
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamento	11.406	-	11.406
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	171.857	-	171.857
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	280.098	-	280.098
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	451.955	-	451.955
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	171.857	-	171.857

4 Principais políticas contábeis

As informações trimestrais são apresentadas sem a repetição de determinadas notas explicativas previamente divulgadas, mas com a evidenciação das alterações relevantes ocorridas no período, se houver. As práticas contábeis utilizadas na preparação destas informações trimestrais são as mesmas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anuais da Companhia, descritas na nota nº 3, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Portanto, estas informações trimestrais devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, que contemplam o conjunto completo das notas explicativas.

A Companhia adotou todos os pronunciamentos revisados e interpretações emitidas pelo CPC e IASB que estavam em vigor em 30 de setembro de 2016.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
Caixa e bancos	67	161	30.571	46.987
Aplicações financeiras de curto prazo (a)	9.766	8.874	385.340	350.879
Total	9.833	9.035	415.911	397.866

(a) Aplicações financeiras de curto prazo

	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015
CDB	9.443	8.543	244.465	212.119
Debêntures compromissadas	323	331	140.875	138.760
Total	9.766	8.874	385.340	350.879

As aplicações financeiras de curto prazo correspondem às operações realizadas junto às instituições financeiras que operam no mercado financeiro nacional e possuem baixo risco de crédito.

As aplicações financeiras de curto prazo referem-se, substancialmente, a renda fixa, lastreados a CDB - Certificados de Depósitos Bancários e Operações Compromissadas com característica de

recompra, de alta liquidez, contratados diretamente com as instituições financeiras e remunerados pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) com percentual em torno de 93,51% (99,23% em 31 de dezembro de 2015) e estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia e suas controladas prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, ou seja, são ativos financeiros com liquidez imediata. Essas operações têm vencimentos inferiores a três meses da data de contratação e com compromisso de recompra pelo emissor.

Por essa razão, a Companhia considerou esses ativos circulantes como caixa e aplicações financeiras de curto prazo, para fins de elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa e, portanto, não existem diferenças entre os componentes de caixa e aplicações financeiras de curto apresentados nesta nota explicativa e os saldos considerados na demonstração do fluxo de caixa. Não existem saldos de caixa e equivalentes de caixa que não estejam disponíveis para uso imediato pela Companhia.

6 Investimento de curto prazo

Modalidade	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
Fundos de investimentos	275.810	223.045	1.627.390	2.080.520
Outros	-	-	3.411	2.954
Total	<u>275.810</u>	<u>223.045</u>	<u>1.630.801</u>	<u>2.083.474</u>

Os fundos de investimentos representam operações de baixo risco com instituições financeiras de primeira linha. São compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDBs, entre outros, de acordo com a política de investimento do Grupo. São remunerados pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) com percentual em torno de 104,21% (104,02% em 31 de dezembro de 2015) e classificados como ativos financeiros ao valor justo.

7 Contas a receber de clientes (Consolidado)

7.1 Composição dos saldos

	Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015
Contas a receber de consumidores faturados	1.491.443	1.530.078
Contas a receber de consumidores não faturados	229.843	275.913
Parcelamentos (a)	904.794	763.554
Baixa renda e viva luz	58.591	61.475
Outras	113.348	157.997
Total	2.798.019	2.789.017
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(239.540)	(533.721)
Total contas a receber clientes	2.558.479	2.255.296
Total circulante	2.211.925	1.977.709
Total não circulante	346.554	277.587

- (a) Parcelamentos sobre faturas de energia elétrica das controladas CEMAR e CELPA, que podem ser efetuados com prazo de até 24 vezes, e para clientes corporativos ou da alta tensão, o prazo pode estender-se além disso.

7.2 Provisão para créditos de liquidação duvidosa (CEMAR e CELPA)

	Consolidado			
	31/12/2015	Provisões adições	Reversões (baixas) (a)	30/09/2016
Contas a receber de consumidores faturados	449.314	121.618	(360.802)	210.130
Parcelamentos	81.453	51.732	(112.117)	21.068
Outras	2.954	9.181	(3.793)	8.342
Total	533.721	182.531	(476.712)	239.540
	31/12/2014	Provisões adições	Reversões (baixas)	31/12/2015
Contas a receber de consumidores faturados	313.145	176.977	(40.808)	449.314
Parcelamentos	52.619	68.070	(39.236)	81.453
Outras ¹	2.954	-	-	2.954
Total	368.718	245.047	(80.044)	533.721

- (a) A CELPA reavaliou os títulos de consumidores por vencimento e verificou-se que um total de R\$ 298.130 encontrava-se vencidos há mais de 360 dias. Assim, a Companhia realizou a baixa dos mesmos, levando em consideração os prazos legalmente estabelecidos. A referida baixa não impactou o resultado do trimestre, visto que os títulos baixados estavam provisionados.

¹ A Companhia, para melhor apresentação, concatenou as informações “Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, Serviços prestados a terceiros, Cheques em cobrança” formando assim a linha de “Outras”.

A constituição da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) está de acordo com os critérios definidos segundo a melhor estimativa da Administração e considerando a Instrução Geral 6.3.2 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, a seguir, resumidos:

Cientes com débitos relevantes

Análise individual do saldo a receber dos consumidores por classe de consumo, considerado de difícil recebimento. Para os 10 mil maiores clientes, com ou sem débitos parcelados, com faturas na PCLD por classe de consumo, consideram-se todas as suas demais faturas, vencidas e a vencer, na PCLD.

Para os demais casos, aplicamos a regra abaixo

Consumidores residenciais - vencidos há mais de 90 dias;

Consumidores comerciais - vencidos há mais de 180 dias; e

Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos e outros - vencidos há mais 360 dias.

Os critérios apresentados acima também são adotados para o contas a receber de parcelamento.

7.2 Contas a receber de consumidores faturados (CEMAR e CELPA)

Consolidado				
30/09/2016				
	Saldo a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total
Residencial	334.492	324.055	92.763	751.310
Industrial	72.126	25.928	56.144	154.198
Comercial	159.404	85.473	37.063	281.940
Rural	17.501	16.477	20.511	54.489
Poder público	62.783	78.542	17.556	158.881
Iluminação pública	27.309	14.071	16.007	57.387
Serviço público	9.458	13.814	9.966	33.238
Total fornecimento faturado	<u>683.073</u>	<u>558.360</u>	<u>250.010</u>	<u>1.491.443</u>

Consolidado				
31/12/2015				
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total
Residencial	329.726	278.349	232.585	840.660
Industrial	80.243	26.492	50.905	157.640
Comercial	156.209	66.433	39.551	262.193
Rural	18.921	13.891	28.651	61.463
Poder público	31.352	54.024	8.253	93.629
Iluminação pública	23.457	7.142	1.561	32.160
Serviço público	14.105	55.371	12.857	82.333
Total fornecimento faturado	<u>654.013</u>	<u>501.702</u>	<u>374.363</u>	<u>1.530.078</u>

7.3 Parcelamentos

Consolidado				
30/09/2016				
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total
Residencial	509.882	42.991	37.654	590.527
Industrial	40.926	5.545	13.157	59.628
Comercial	83.239	8.034	9.043	100.316
Rural	21.345	2.276	4.917	28.538
Poder público	66.842	4.988	8.638	80.468
Iluminação pública	11.634	1.039	1.246	13.919
Serviço público	28.278	1.552	1.568	31.398
Total do parcelamento	<u>762.146</u>	<u>66.425</u>	<u>76.223</u>	<u>904.794</u>

Consolidado				
31/12/2015				
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total
Residencial	382.629	28.971	64.066	475.666
Industrial	28.561	2.799	15.799	47.159
Comercial	61.476	5.239	15.119	81.834
Rural	18.087	1.705	4.970	24.762
Poder público	71.367	3.217	5.293	79.877
Iluminação pública	8.715	140	399	9.254
Serviço público	18.264	1.009	1.083	20.356
Serviço taxado - novação	3.696	551	863	5.110
Outros créditos - novação	-	286	871	1.157
Novação	-	4.362	14.017	18.379
Total do parcelamento	<u>592.795</u>	<u>48.279</u>	<u>122.480</u>	<u>763.554</u>

8 Contas a receber bandeiras tarifárias

As arrecadações referentes ao Sistema de Bandeiras Tarifárias de janeiro a setembro de 2016, no montante de R\$ 113.637, bem como repasses da CCRBT, no montante devolvido de R\$ 40,33, foram contabilizados como arrecadação antecipada dos valores a receber de parcela A e outros itens financeiros, não impactando o resultado do Grupo no período. Para o período findo em 30 de setembro de 2016 o saldo a receber é de R\$ 513, em 31 de dezembro de 2015 o saldo a receber foi de R\$ 5.542.

Em janeiro de 2016 a bandeira tarifária vermelha estava vigente no valor de R\$ 4,50 para cada 100 kWh. A partir de fevereiro de 2016 a bandeira vermelha passou a ter dois patamares: R\$ 3,00 (patamar 1) e R\$ 4,50 (patamar 2), aplicados a cada 100 kWh (quilowatt-hora) consumidos. Também a bandeira amarela teve seu valor reduzido e passou de R\$ 2,50 a R\$ 1,50, aplicados a

cada 100 kWh (e suas frações). Durante o primeiro trimestre de 2016 à ANEEL homologou em janeiro a bandeira vermelha, em fevereiro a bandeira vermelha (patamar 1) e em março a bandeira amarela, e no período findo em 30 de setembro de 2016, a bandeira tarifária vigente foi a verde.

9 Aquisição de combustível - conta CCC

A controlada CELPA detém, em 30 de setembro de 2016, crédito junto à Conta de Consumo de Combustível Fósseis - “CCC” no montante de R\$ 161.676 (R\$ 221.298 em 31 de dezembro de 2015).

A CCC foi criada pelo Decreto nº 73.102, de 7 de novembro de 1973, com a finalidade de aglutinar o rateio dos custos relacionados ao consumo de combustíveis para a geração de energia termoeletrônica nos sistemas isolados, especialmente na região Norte do país. O objetivo da Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009, produto de conversão da Medida Provisória nº 466/2009, é reembolsar os custos de geração de energia elétrica nos Sistemas Isolados, incluindo os custos relativos à contratação de energia e de potência associada à geração própria para atendimento ao serviço público de distribuição de energia elétrica, aos encargos do setor elétrico e impostos e, ainda, aos investimentos realizados, que deverá ocorrer através da CCC.

10 Valores a receber (devolver) de parcela A e outros itens financeiros

A conta de Compensação dos Valores da Parcela A - CVA é o mecanismo destinado a registrar as variações de custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios, ocorridas no período entre reajustes tarifários e/ou revisões periódicas, de modo a permitir maior neutralidade no repasse destas variações para as tarifas, em que a concessionária contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos regulatórios, conforme demonstrado a seguir:

	Consolidado		
	30/09/2016		
	Circulante	Não circulante	Total
Parcela A			
CDE - conta de desenvolvimento energético	(14.872)	3.499	(11.373)
PROINFA - Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica	17.423	300	17.723
Rede básica	(546)	2.591	2.045
Compra de energia - CVA	154.012	27.334	181.346
ESS - encargos do serviço do sistema	(97.955)	(8.608)	(106.563)
	<u>58.062</u>	<u>25.116</u>	<u>83.178</u>
Itens financeiros			
Sobrecontratação de energia	(23.539)	15.088	(8.451)
Exposição financeira	(70.485)	(17.517)	(88.002)
PIS/COFINS	7.425	-	7.425
Eletronuclear	342	-	342
Neutralidade	(52.983)	(8.346)	(61.329)
CEPISA violação do limite de continuidade	75	-	75
Outros	(5.428)	(65.980)	(71.408)
	<u>(144.593)</u>	<u>(76.755)</u>	<u>(221.348)</u>
Total	<u>(86.531)</u>	<u>(51.639)</u>	<u>(138.170)</u>

Equatorial Energia S.A.
Informações Trimestrais em
30 de setembro de 2016

	Consolidado		
	31/12/2015		
	Circulante	Não circulante	Total
Parcela A			
CDE - conta de desenvolvimento energético	46.248	6.637	52.885
PROINFA - Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica	814	-	814
Rede básica	12.320	819	13.139
Compra energia - CVA	218.658	30.470	249.128
ESS - encargos do serviço do sistema	(202.797)	(6.900)	(209.697)
	<u>75.243</u>	<u>31.026</u>	<u>106.269</u>
Itens financeiros			
Sobrecontratação energia	(96.939)	(11.907)	(108.846)
Exposição financeira	15.391	5.967	21.358
PIS/COFINS	(11.121)	-	(11.121)
Eletronuclear	6.763	-	6.763
Neutralidade	(31.663)	(22.658)	(54.321)
CEPISA violação do limite de continuidade	2.602	-	2.602
Outros	(9.837)	(19.406)	(29.243)
	<u>(124.804)</u>	<u>(48.004)</u>	<u>(172.808)</u>
Total	<u>(49.561)</u>	<u>(16.978)</u>	<u>(66.539)</u>

A partir de novembro de 2014 com o advento do OCPC08, Reconhecimento de Determinados Ativos ou Passivos nos relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica, emitidos de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Contabilidade, que regulamentou o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios oriundos do aditivo contratual assinado com o Poder Concedente, a Companhia passou a registrar esses direitos e obrigações de acordo com o período de competência e de maneira prospectiva.

	Consolidado					
	31/12/2015	Constituição	Baixa	Atualização	Amortizações	30/09/2016
Parcela A						
CDE - Conta de Desenvolvimento Energético	52.885	(25.205)	(28.198)	5.912	(16.767)	(11.373)
PROINFA - Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica	814	7.470	1.035	1.469	6.935	17.723
Rede básica	13.139	12.790	(9.531)	767	(15.120)	2.045
Compra energia – CVA (a)	249.128	143.833	88.749	16.176	(316.540)	181.346
ESS-Encargos do Serviço do Sistema (b)	(209.697)	46.314	(6.724)	(13.948)	77.492	(106.563)
	<u>106.269</u>	<u>185.202</u>	<u>45.331</u>	<u>10.376</u>	<u>(264.000)</u>	<u>83.178</u>
Itens financeiros						
Sobrecontratação energia (c)	(108.846)	106.407	(60.144)	940	53.192	(8.451)
Exposição financeira (d)	21.358	(36.120)	1.005	(2.496)	(71.749)	(88.002)
PIS/ COFINS (e)	(11.121)	18.546	-	-	-	7.425
Eletronuclear (f)	6.763	-	573	-	(6.994)	342
Neutralidade (a)	(54.321)	46.546	11.541	(4.074)	(61.021)	(61.329)
CEPISA violação limite continuidade	2.602	(2.527)	-	-	-	75
Outros	(29.243)	(9.670)	(738)	3	(31.760)	(71.408)
	<u>(172.808)</u>	<u>123.182</u>	<u>(47.763)</u>	<u>(5.627)</u>	<u>(118.332)</u>	<u>(221.348)</u>
Total	<u>(66.539)</u>	<u>308.384</u>	<u>(2.432)</u>	<u>4.749</u>	<u>(382.332)</u>	<u>(138.170)</u>

	Consolidado					
	31/12/2014	Constituição	Baixa	Atualização	Amortizações	31/12/2015
Parcela A						
CDE - Conta de Desenvolvimento Energético	2.575	66.851	(9.241)	7.748	(15.048)	52.885
PROINFA- Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica	1.475	1.168	(4)	174	(1.999)	814
Rede básica	19.631	5.914	327	2.294	(15.027)	13.139
Compra energia – CVA (a)	556.205	(148.029)	209.293	59.968	(428.309)	249.128
ESS-Encargos do Serviço do Sistema (b)	(180.821)	(155.596)	22.477	(26.887)	131.130	(209.697)
	<u>399.065</u>	<u>(229.692)</u>	<u>222.852</u>	<u>43.297</u>	<u>(329.253)</u>	<u>106.269</u>
Itens financeiros						
Sobrecontratação energia (c)	263.132	(154.809)	(219.738)	4.547	(1.978)	(108.846)
Exposição financeira (d)	(9.504)	26.910	2.940	1.817	(805)	21.358
PIS / COFINS (e)	61.169	(11.121)	(24.403)	-	(36.766)	(11.121)
Eletro nuclear (f)	17.938	-	9.822	-	(20.997)	6.763
Limite de continuidade	(1.017)	-	113	-	904	-
Neutralidade (g)	(11.412)	(49.376)	(7.209)	-	13.676	(54.321)
CEPISA violação limite continuidade	1.090	1.824	(359)	47	-	2.602
Outros	1.995	(28.802)	(1.126)	-	(1.310)	(29.243)
	<u>323.391</u>	<u>(215.374)</u>	<u>(239.960)</u>	<u>6.411</u>	<u>(47.276)</u>	<u>(172.808)</u>
Total	<u>722.456</u>	<u>(445.066)</u>	<u>(17.108)</u>	<u>49.708</u>	<u>(376.529)</u>	<u>(66.539)</u>

- (a) A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica, de forma a permitir maior neutralidade no repasse destas variações para as tarifas. Essas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC;
- (b) Encargo pago referente à entrada das usinas térmicas como forma de poupar os reservatórios das usinas hidrelétricas e das entradas das usinas térmicas devido a restrição de transmissão entre os submercados;
- (c) O Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seu artigo 38, determina que no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais a ANEEL deverá considerar até 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Esse repasse foi regulamentado pela Resolução ANEEL nº 255, de 6 de março de 2007. As distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia por meio de contratos aprovados, registrados e homologados pela ANEEL, tendo também a garantia do repasse às tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras e déficits de energia elétrica, limitados em 3% do requisito de carga. A Sobrecontratação de Energia refere-se à apuração dos repasses dos custos de compra de energia da parcela até 5% do requisito da carga do agente de distribuição;
- Para o cálculo do repasse da sobrecontratação de energia ou da exposição ao mercado de curto prazo é necessária a apuração dos resultados no mercado de curto prazo da distribuidora no último ano civil com dados disponibilizados, bem como os valores do PLD (Preço de liquidação de diferença), ambos apurados mensalmente pela CCEE. Neste sentido temos: (i) No período findo em 30 de setembro de 2015 o PLD teve média de R\$ 263,63 sendo superior ao mesmo período em 2016, com isso constituindo um componente ativo do ano de 2015; (ii) no período de 30 de setembro de 2016, a CEMAR teve o volume de excedente no mercado de curto prazo inferior, ou seja, os contratos vigentes superior a energia requerida apurada, aliado ao PLD médio deste mesmo período de 2016 menor no patamar de R\$82,55; e (iii) em conjunto, tivemos a redução do despacho de térmicas por parte do Operador Nacional do Sistema - ONS em quantidade menor, o que diminui as despesas da receita variável juntos aos geradores;
- (d) Conforme dispõe o artigo 28 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seus § 2º e § 3º, as regras de comercialização preveem mecanismos específicos para o rateio dos riscos financeiros decorrentes de diferenças de preços entre submercados, eventualmente impostos aos agentes de distribuição que celebrarem Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR na modalidade de quantidade de energia;
- (e) Pela sistemática das distribuidoras de energia, conforme Nota Técnica nº 115/2005-SFF/SRE/ANEEL, a alíquota efetiva de PIS/COFINS calculados no mês é aplicada no segundo mês subsequente. A controlada CEMAR apura a diferença entre os valores calculados e os efetivamente cobrados do consumidor, os valores apurados são reconhecidos como passivo ou ativo regulatório de acordo com impacto causado. Em 2015 resultou em uma devolução ao consumidor, a ser repassada em 2016;
- (f) Refere-se à diferença entre a tarifa praticada e a tarifa de referência entre Furnas e Eletro nuclear, conforme determinado na Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009. A diferença apurada foi rateada entre as concessionárias que adquiriram o CCEAR 2005 - 1º Leilão, e seu valor está sendo mensalmente pago pelas distribuidoras à Eletro nuclear nos anos de 2013 a 2015, conforme parcelas homologadas pela REH 1.406/2012. Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia possui valores a receber correspondente ao reconhecimento dos montantes a pagar no ano de 2015 conforme determinado na Resolução Homologatória ANEEL nº 1.585, de 13 de agosto de 2013 e que serão contemplados nos próximos reajustes tarifários; e
- (g) Decorre do repasse aos consumidores da compensação financeira devido à violação dos limites de continuidade dos pontos de conexão dos acessos de distribuidoras a outras distribuidoras, conforme previsto no Módulo 8 dos Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica no Sistema Elétrico Nacional - PRODIST (Seção 8.2, item 6.1.5.2). Referem-se a valores pagos pelas distribuidoras acessadas, que devem ser repassados aos consumidores finais das distribuidoras acessantes, sob a forma de financeiro negativo.

Anualmente, no mês de agosto, a ANEEL apura o novo índice do reajuste tarifário das controladas CEMAR e CELPA adequando suas despesas da Parcela A (custo não gerenciáveis, como compra de energia, encargos setoriais, encargos de transmissão). Através da Resolução Homologatória nº 2.127, de 23 de agosto de 2016, a ANEEL realizou o reajuste tarifário anual das controladas, onde as novas tarifas entraram em vigor no dia 28 de agosto de 2016 com vigência até 27 de agosto de 2017. Ao calcular o reajuste, a Agência considera a variação de custos que as controladas tiveram no ano. O cálculo inclui custos típicos da atividade de distribuição, sobre os quais incide o IGP-M, e outros custos que não acompanham necessariamente o índice inflacionário, como energia comprada, encargos de transmissão e encargos setoriais.

Nesse processo as CVAs contabilizadas pelas controladas são auditadas devendo ser feito a baixa das diferenças apuradas entre o valor apurado pelo Grupo e o concedido pela ANEEL no mesmo período. Os componentes financeiros concedidos no reajuste tarifário do ano anterior devem ter seus saldos baixados, sejam positivos e negativos, uma vez que eles só podem ser amortizados em 12 meses após o reajuste. A apuração das diferenças desses diversos pontos é chamada de Efeito do Reajuste nas controladas e, para esse período, o reposicionamento tarifário a ser percebido pelos consumidores foi de 8,24% na CEMAR e 7,55% na CELPA, considerando-se os componentes financeiros incluídos nas tarifas.

11 Impostos a recuperar

Os saldos de curto e longo prazo em decorrência das retenções ou antecipações legais estão demonstrados conforme a seguir:

11.1 Impostos e contribuições a recuperar

	Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015
Circulante		
ICMS a recuperar (CIAP)	32.873	75.936
Outros	20.001	18.938
Total	52.874	94.874
Não circulante		
ICMS a recuperar (CIAP)	117.651	85.263
Outros	3.030	2.970
Total	120.681	88.233

11.2 Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
Circulante				
IRRF sobre aplicação financeira	317	4.194	35.435	55.450
Antecipação de IRPJ/CSLL	-	16.683	2.022	21.943
IRPJ/CSLL a restituir (a)	10.402	5.677	20.890	32.315
IRRF/CSLL retido na fonte	6.490	4.661	44.793	7.075
Total	17.209	31.215	103.140	116.783
Não Circulante				
IRPJ/CSLL restituir	-	-	41.940	39.661
Total	-	-	41.940	39.661

- (a) Na controlada CELPA os valores registrados no circulante são originários de antecipações e de valores retidos na fonte de Órgãos Públicos de IRRF, CSLL, PIS e COFINS do ano de 2015. Os valores registrados no não circulante é composto de antecipações de IRPJ e CSLL do ano-calendário de 2004 e que foram pagas através de parcelamento na forma da Lei nº 11.941/2009.

12 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 30 de setembro de 2016, assim como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas a operações com partes relacionadas decorrem de transações da Controladora com suas controladas, acionistas e suas partes relacionadas, profissionais-chaves da Administração (presidente e diretores) e outras partes relacionadas, conforme Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, que aprovou o CPC 05 - Divulgações sobre Partes Relacionadas estão demonstradas conforme a seguir:

		Controladora					
		30/09/2016		31/12/2015		30/09/2016	
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Empresas	Ref.	Natureza da operação		Resultado/ Despesa	Resultado / Despesa		
CEMAR	(a)	Contrato de compartilhamento	-	(576)	-	-	(212)
		Dividendos	107.099	-	-	44.696	-
CELPA	(b)	Contrato de mútuo	76.865	-	(10.664)	102.464	-
		Cessão de créditos	228.817	-	(22.446)	200.401	-
		Dividendos	21.487	-	-	16.758	-
Equatorial Soluções	(c)	Dividendos	6.353	-	-	6.353	-

		Consolidado					
		30/09/2016		31/12/2015		30/09/2016	
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Empresas	Ref.	Natureza da operação		Resultado/ Despesa	Resultado / Despesa		
ELEROBRAS	(d)	Empréstimos ²	-	(224.382)	15.756	-	(253.752)
		Dividendos	-	(55.189)	-	-	(23.032)
FASCEMAR	(e)	Previdência Privada	-	-	4.137	-	-
GERA		Compra de energia	-	-	-	-	-
MARANHÃO	(e)	elétrica	-	-	1.537	-	-

- (a) Os valores entre a controlada CEMAR e a Companhia são provenientes do contrato de compartilhamento de recursos humanos, administrativos e rateio proporcional das respectivas despesas incorridas, com prazo de duração indeterminado; e de dividendos a receber;

² O Grupo não apresentou o valor de resultado/despesa na informações trimestrais do período findo em 30/09/2015

- (b) Os valores com a CELPA são provenientes da aquisição direta ou indireta e negociação dos créditos constantes na recuperação judicial desta controlada, devidos aos seguintes credores: BNDES, Banco Bradesco, Banco Itaú BBA/ Unibanco, BIC Banco, Banco Merrill Lynch e Banco Société Générale. O saldo será amortizado em 10 parcelas anuais, fixas e iguais, vencendo-se a primeira parcela no último dia de 30 de setembro de 2034, a última parcela no último dia de 30 de setembro de 2043;
- (c) Os valores com a 55 Soluções são provenientes do contrato de compartilhamento de recursos humanos, administrativos e rateio proporcional das respectivas despesas incorridas com a controlada CEMAR, com prazo de duração indeterminado;
- (d) Os valores com a Eletrobras são referentes aos dividendos a pagar e a contratos de empréstimos com a controlada CEMAR. Os contratos de empréstimos com a Eletrobras são provenientes de linhas de financiamento específicas para o Setor Elétrico e suas condições são igualmente praticadas com outras distribuidoras de energia elétrica do Brasil;
- (e) Os valores são provenientes das contribuições da patrocinadora controlada CEMAR com sua Fundação de Previdência Complementar; e
- (f) Os valores com a Geradora de Energia do Norte S.A. ("Gera Maranhão") são provenientes do contrato de compra de energia elétrica CCEAR Nº 5555/2007 - 29413N - 29414N com vigência até 2024 com a controlada CEMAR, que é pactuado em condições normais de mercado.

Remuneração de pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os Conselheiros de Administração e Diretores. A remuneração foi fixada em até R\$ 14.500, conforme Assembleia Geral Ordinária realizada em 15 de abril de 2016.

Proporção de cada elemento na remuneração total, referente ao período findo em 30 de setembro de 2016:

Conselho de Administração

Remuneração fixa: 100%

Diretoria

Remuneração fixa: 12%

Remuneração variável: 67%

Remuneração baseada em ações: 21%

Remuneração do Conselho de Administração e da Diretoria paga pela Companhia no período:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Números de membros	7	7	14
Remuneração Fixa Anual	833	1.587	2.420
Salário ou Pró-labore	833	1.575	2.408
Benefícios diretos e indiretos	-	12	12
Remuneração variável	-	9.081	9.081
Bônus	-	9.081	9.081
Benefícios pós emprego	-	11	11
Remuneração baseada em ações	-	2.864	2.864
Valor total da remuneração por órgão	833	13.543	14.376

Garantias

A Companhia presta garantia como avalista ou fiadora das controladas CEMAR e CELPA, sem ônus, nos contratos de financiamentos abaixo listados:

CEMAR

Instituição	Valor do financiamento	% do aval	Início	Término	Valor liberado	30/09/2016
Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME PSI (Simplificado)	776	100	25/03/2010	15/10/2019	776	1.278
Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME PSI (Convencional)	17.262	100	17/08/2010	15/04/2020	17.262	7.806
Banco do Brasil - CCB Nº 21/00003-4	90.000	100	19/12/2014	11/04/2018	90.000	96.385
Banco do Brasil - CCB Nº 20/02000-7	150.000	100	19/12/2014	12/06/2018	150.000	156.776
Banco do Brasil - CCB Nº 20/02002-3	40.000	100	19/12/2014	15/06/2018	40.000	41.760
Banco do Brasil - CCB Nº 2100010-7	20.000	100	19/12/2014	03/12/2017	20.000	25.528
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (11.2.0841.1)	175.237	100	11/11/2011	15/11/2021	175.237	51.592
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (12.2.1211.1)	516.488	100	13/12/2012	15/12/2022	467.280	350.255
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (14.2.1233.1)	557.700	100	30/12/2014	15/03/2024	212.109	225.568
Banco do Nordeste do Brasil - BNB	136.076	100	23/11/2005	18/11/2016	136.076	1.155
Banco do Nordeste do Brasil - BNB (193.2008.2808.3018)	144.939	100	05/02/2009	05/02/2021	144.939	80.550
Caixa Econômica Federal - Contrato Nº 415.866-52/2013 - FINISA	25.763	100	04/10/2013	07/10/2025	25.763	25.364
Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP	7.956	100	07/11/2011	15/03/2020	7.956	3.932
International Finance Corporation - IFC	135.056	50	01/02/2008	15/01/2016	135.056	-
Total	2.017.253	-	-	-	1.622.454	1.067.949

CELPA

Instituição	Valor do financiamento	% do aval	Início	Término	Valor liberado	30/09/2016
Banco Interamericano de Desenvolvimento (RJ)	121.095	100	01/09/2012	31/08/2026	121.095	239.517
Banco IBM (Capital de Giro)	11.700	100	22/01/2014	24/07/2017	11.700	3.829
Banco IBM (Capital de Giro)	10.000	100	19/09/2014	19/03/2018	10.000	5.330
Banco Guanabara - (Capital de Giro CCB)	8.114	100	20/10/2014	22/10/2018	8.114	4.246
Banco IBM (Capital de Giro)	20.900	100	30/12/2014	30/06/2018	22.900	13.837
BNDES (Financiamento 13/14)	498.073	100	26/12/2014	15/05/2024	407.150	338.561
BNDES (Financiamento - Torre 15/16/17)	863.191	100	27/12/2015	15/03/2024	290.000	304.355
Banco Itaú (Capital de Giro CCB)- US\$69MM	200.000	100	25/02/2015	24/02/2017	200.000	113.042
Banco CitiBank (Capital de Giro CCB) - US\$ 112MM	455.520	100	20/01/2016	01/02/2019	455.520	367.640
Banco IBM (Capital de Giro)	22.900	100	03/07/2015	03/01/2019	22.900	17.915
Banco Santander	85.000	100	12/08/2015	08/08/2016	85.000	-
Banco IBM (Capital de Giro)	2.147	100	16/05/2016	16/11/2019	2.147	2.042
Austral Seguradora (Garantia do 20º LEN Leilão 006/2014 A-5)	341	100	18/11/2015	18/11/2016	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Trabalhista - Processo nº.0001146-69.2013.5.08.0003)	471	100	16/11/2015	16/11/2017	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Tributário - Execução Fiscal - PGFN)	1.114	100	23/11/2015	23/11/2020	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Processo nº. 0000239-31.2007.8.14.0054)	350	100	11/12/2015	11/12/2017	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Processo 0000851-74.2014.5.08.0107)	200	100	18/01/2016	18/01/2018	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - AI nº. 001/2012 e 002/2012 - ISS de Portel)	24.792	100	18/01/2016	18/01/2021	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Processo 0000474-07.2005.8.14.0005)	1.372	100	23/03/2016	23/03/2019	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Processo 0019743-82.2012.8.14.0301)	3.400	100	06/04/2016	06/04/2017	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Processo 0002876-91.2000.8.14.0028)	1.397	100	14/04/2016	14/04/2019	N/A	N/A

Instituição	Valor do financiamento	% do aval	Início	Término	Valor liberado	30/09/2016
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Processo 0000197-87.2006.814.0070)	1.917	100	18/04/2016	18/04/2019	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Segurado PINE)	36.467	100	09/09/2016	09/09/2017	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Segurado STIUPA)	25.175	100	10/11/2014	09/11/2019	N/A	N/A
Austral Seguradora (Garantia Judicial - AI: 032809-A do ICMBio)	66	100	10/08/2015	10/05/2018	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Processo nº. 001.2012.908.134-3 - 3ª Vara de Execução Fiscal de Belém/PA)	4.418	100	13/01/2015	13/01/2020	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Processo nº. 001.2012.923.686-3 - 3ª Vara de Execução Fiscal de Belém/PA)	79	100	13/01/2015	13/01/2020	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Processo nº. 1575-70.2012.5.08.0003)	677	100	02/02/2015	29/01/2017	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Processo nº. 0000578-90.1997.814.0301 Cível)	1.315	100	09/07/2015	09/07/2018	N/A	N/A
Austral Seguradora (Garantia de Compra de Energia - Leilão nº. 02/2015 (3º LFA))	283	100	31/12/2015	31/12/2016	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Processo nº. 0009689-93.2014.8.14.0040 Execução Fiscal de Parauapebas)	18	100	15/05/2015	15/05/2020	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Processo nº. 0000587-05.2015.08.0016 - 17ª Vara do Trabalho Belém/PA)	2.474	100	21/05/2015	21/05/2017	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Processo nº. 0001007-41.2014.08.0017 - 17ª Vara do Trabalho Belém/PA)	1.028	100	02/06/2015	02/06/2017	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Processo nº. 0000001-71.1998.14.0007 - Antônio Pereira Lobo)	3.920	100	14/06/2016	14/06/2018	N/A	N/A
Total	2.409.914	-	-	-	1.636.526	1.410.314

13 Sub-rogação CCC

Em conformidade com as disposições da Resolução ANEEL nº 784, de 24 de dezembro de 2002, e Resolução Autorizativa - ANEEL nº 1.999, de 7 de julho de 2009, alterada pela Resolução Autorizativa - ANEEL nº 3.405, de 27 de março de 2012, a controlada CELPA foi enquadrada na sub-rogação dos benefícios do rateio da CCC, que trata da interligação de municípios isolados ao Sistema Interligado Nacional – SIN, para a ilha do Marajó. Atualmente a sub-rogação é regida pela Resolução Normativa Aneel n.º 427 de 22 de Fevereiro de 2011.

O Despacho ANEEL nº 4.722, de 18 de dezembro de 2009, trata nos itens 53 e 54, a respeito da contabilização do subsídio. O mencionado despacho determina que todos os valores já recebidos ou aprovados sejam registrados no grupo de contas “223 - Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica”.

O valor do investimento reconhecido e aprovado pela ANEEL para interligação da Ilha do Marajó é de R\$ 465.198, dividido em duas fases distintas, sendo a 1ª fase no valor de R\$ 184.660 e 2ª fase no valor de R\$ 280.538. Já para interligação dos municípios de Oriximiná e Óbidos o valor aprovado é de R\$ 22.374.

Do valor total do investimento da interligação da Ilha do Marajó, já foi repassado à controlada CELPA R\$ 206.974 (R\$ 163.912 em 31 de dezembro de 2015), ficando um saldo a receber de R\$ 308.355 (R\$ 348.129 em 31 de dezembro de 2015) e R\$ 23.516 referente à interligação dos Municípios de Oriximiná e Óbidos.

Programa	Saldo em 31/12/2015	Transferência para obras	Parcela recebida	Atualização IGPM	Saldo em 30/09/2016
Sub-rogação Ilha do Marajó	43.450	58.790	(43.062)	3.267	62.445
Sub-rogação Oriximiná e Óbidos	22.374	-	-	1.142	23.516
Total	65.824	58.790	(43.062)	4.409	85.961

14 Outros créditos a receber

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
Circulante				
Valores a recuperar de empregados	-	-	1.143	1.985
Adiantamento a fornecedores	-	-	9.818	5.058
Alienação de bens e direitos	-	-	869	5.437
Crédito ressarcimento de energia	-	-	3.201	3.262
Créditos em conta de energia elétrica	-	-	1.218	5.264
Despesas pagas antecipadamente	-	-	2.677	10.271
Outros créditos a receber (a)	1.342	1.228	49.323	27.415
Total	1.342	1.228	68.249	58.692
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
Não circulante				
Valores a liberar (b)	-	-	16.140	16.140
Caução em garantia (c)	-	-	54.265	65.378
Cessão de crédito - Celpa	297.864	302.865	-	-
Outros créditos a receber	-	-	3.791	4.614
Total	297.864	302.865	74.196	86.132

- (a) O montante tem como principal composição as seguintes operações da controlada CELPA: i) R\$ 13.554 referente a financiamento do padrão de entrada, oferecido aos consumidores localizados em áreas de baixa renda em que foram realizadas ações de regularização de consumo não registrado; ii) R\$ 7.715 de uso mútuo de poste, que é o compartilhamento da infraestrutura da disponibilidade de energia elétrica, contabilizados; iii) R\$ 5.822 refere-se a incorporação de rede, participação financeira de obras conforme Resolução 223/229/414 – ANEEL; e iv) R\$ 4.153 outros valores diversos a receber;
- (b) A controlada CELPA possui saldo de valores a liberar com o Banco Daycoval no montante de R\$16.140 bloqueado em decorrência dos contratos de financiamentos repactuados através do Plano de Recuperação Judicial; e
- (c) Refere-se ao saldo da controlada CELPA em cumprimento às exigências contratuais do contrato de Dívida de Médio e Longo Prazo (DMLP), junto à Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Bônus de Desconto e Bônus ao Par, são mantidas garantias constituídas em forma de caução em dinheiro junto a STN e que se destinam a amortizar os valores de principal desses empréstimos, cujo vencimento se dá em 15 de abril de 2024.

15 Ativo financeiro da concessão (Consolidado)

Refere-se à parcela dos investimentos realizados pelas controladas CEMAR e CELPA e não amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outros ativos financeiros diretamente do poder concedente decorrente da aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 - (R1) Contratos de Concessão e ICPC 17 - Contratos de Concessão: Evidenciação e da Orientação Técnica OCPC 05 - Contratos de concessão. Essa parcela de infraestrutura classificada como ativo financeiro é remunerada por meio do denominado WACC regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa dos clientes.

A indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

A movimentação dos saldos referentes ao ativo financeiro da concessão está assim apresentada:

	31/12/2015	Atualização do ativo financeiro (a)	Capitalização	Baixas	30/09/2016
Ativo financeiro	3.176.346	166.005	210.395	(4.472)	3.548.274
Obrigações especiais (b)	(947.415)	(60.179)	(104.951)	-	(1.112.545)
Total	2.228.931	105.826	105.444	(4.472)	2.435.729

	31/12/2014	Reclassificação	Atualização do ativo financeiro (a)	Capitalização	Ajuste VNR (c)	Baixas	31/12/2015
Ativo financeiro	2.381.757	26.416	249.403	561.731	(32.876)	(10.085)	3.176.346
Obrigações especiais (b)	(815.784)	-	(98.197)	(47.364)	(61)	13.991	(947.415)
Total	1.565.973	26.416	151.206	514.367	(32.937)	3.906	2.228.931

A concessão das controladas CEMAR e CELPA não é onerosa, dessa forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente.

(a) Atualização do ativo financeiro

Em 11 de setembro de 2012, foi publicada a Medida Provisória 579, que dispõe sobre a prorrogação e licitação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária, e dá outras providências. Tal Medida Provisória foi convertida em 11 de janeiro de 2013 na Lei nº 12.783.

De acordo com esse normativo legal, o cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia de valor novo de reposição, conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente

Visando a melhor estimativa da indenização ao final da concessão, o valor justo do ativo financeiro é revisado mensalmente, considerando a atualização pelo IPCA, por ser este um dos principais critérios de atualização anual utilizada pelo regulador nos processos de reajuste tarifário. Em 23 de novembro de 2015 houve mudança de índice, de IGP-M para IPCA, ocorrida através da Resolução Normativa nº 686/2015 publicado no Diário Oficial da União. Possíveis variações decorrentes do critério de cálculo do valor novo de reposição – VNR também foram consideradas nessas mudanças;

(b) Obrigações especiais

Representam substancialmente recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica.

As obrigações especiais são calculadas com base na participação da fonte de recurso, a saber:

- Os recursos da União são calculados pelo percentual estabelecido no contrato; e
- Os demais recursos se enquadram na resolução 414/2010 da Aneel; e

(c) Ajuste do valor novo de reposição (VNR)

Refere-se a ajuste de obrigações financeiras referentes ao VNR em razão da homologação da Revisão Tarifária da controlada CELPA, conforme Despacho nº 2.441, de 29 de julho de 2015.

16 Investimentos

As principais informações sobre os investimentos nas controladas e nas controladas em conjunto seguem abaixo:

		Controladora		Consolidado	
		30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
Avaliados por equivalência patrimonial:					
CEMAR	65,11%	1.604.713	1.467.879	-	-
CELPA	96,50%	1.731.006	1.470.032	-	-
Geradora de Energia do Norte	25,00%	83.935	75.282	83.935	75.282
Vila Velha	50,00%	3.300	3.300	3.300	3.300
55 Soluções	100,00%	37.289	29.627	-	-
Subtotal		<u>3.460.243</u>	<u>3.046.120</u>	<u>87.235</u>	<u>78.582</u>
Outros investimentos		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>10.068</u>	<u>10.064</u>
Total		3.460.243	3.046.120	97.303	88.646

16.1 Movimentação dos investimentos em controladas e controlada em conjunto

	CEMAR	CELPA	Geradora de Energia do Norte	Vila Velha	55 Soluções	Total
Saldo em 31 de dezembro 2015	1.467.879	1.470.032	75.282	3.300	29.627	3.046.120
Dividendos adicionais	(62.403)	(4.729)	(11.612)	-	-	(78.744)
Resultado da equivalência patrimonial	204.017	265.703	20.265	-	7.662	497.647
Amortização do direito de concessão	<u>(4.780)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(4.780)</u>
Saldo em 30 de setembro de 2016	<u>1.604.713</u>	<u>1.731.006</u>	<u>83.935</u>	<u>3.300</u>	<u>37.289</u>	<u>3.460.243</u>

	CEMAR	CELPA	Geradora de Energia do Norte	Vila Velha	55 Soluções	Total
Saldo em 31 de dezembro 2014	1.282.696	391.262	66.879	3.300	24.793	1.768.930
Aumento de capital (a)	-	588.417	-	-	-	588.417
Dividendos mínimos	(44.977)	(16.759)	(23.018)	-	(1.505)	(86.259)
Resultado da equivalência patrimonial	236.867	500.452	31.421	-	6.339	775.079
Amortização do direito de concessão	<u>(6.707)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(6.707)</u>
Ajuste PPA CELPA	-	24	-	-	-	24
Outros resultados abrangentes	-	15.881	-	-	-	15.881
Ganho (perda) no investimento	<u>-</u>	<u>(9.245)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(9.245)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>1.467.879</u>	<u>1.470.032</u>	<u>75.282</u>	<u>3.300</u>	<u>29.627</u>	<u>3.046.120</u>

- (a) Refere-se ao aporte de capital realizado com os valores de contrato de mútuo celebrado com a controlada CELPA, com o prazo total de 24 meses e vencimento final em 2 de maio de 2016, juntamente com o com os valores de Aporte para Futuro Aumento de Capital derivado da obrigação assumida no Plano de Recuperação Judicial e no Plano de Transição da ANEEL.

16.2 Conciliação investimento

2016								
Controladas	Participação no capital	Patrimônio da controlada	Resultado	Ágio/PPA Resultado	Equivalência patrimonial	Valor do investimento	Saldo ágio/PPA	Total do investimento
CEMAR	65,1087%	2.165.778	313.349	-	204.017	1.410.110	194.603	1.604.713
CELPA	96,4992%	2.073.174	233.101	40.761	224.941	2.000.596	(269.590)	1.731.006
Geradora de Energia do Norte	25,0000%	290.313	80.772	289	20.193	72.578	11.357	83.935
Vila Velha	50,0000%	6.600	-	-	-	3.300	-	3.300
55 Soluções	100,0000%	37.289	12.895	-	12.895	37.289	-	37.289
		4.573.154	640.117	41.050	462.046	3.523.873	(63.630)	3.460.243

17 Intangível (Consolidado)

O intangível está constituído da seguinte forma:

30/09/2016				
Taxas anuais médias ponderadas de depreciação (%)	Custo	Amortização	(-) Obrigações Vinculadas à Concessão	Valor líquido
Em serviço	8.961.841	(3.717.270)	(1.785.783)	3.458.788
Em curso	1.389.329	-	(397.842)	991.487
Contrato de concessão	291.810	(97.207)	-	194.603
Total	10.642.980	(3.814.477)	(2.183.625)	4.644.878

31/12/2015				
Taxas anuais médias ponderadas de depreciação (%)	Custo	Amortização	(-) Obrigações Vinculadas à Concessão	Valor líquido
Em serviço	8.720.104	(3.376.024)	(1.731.111)	3.612.969
Em curso	852.623	-	(540.336)	312.287
Contrato de concessão	291.810	(92.426)	-	199.384
Total	9.864.537	(3.468.450)	(2.271.447)	4.124.640

O ativo intangível é composto pelo direito de uso dos bens vinculados ao contrato de serviço de concessão das controladas CEMAR e CELPA amortizáveis até agosto de 2030 e julho de 2028, respectivamente, conforme ICPC 01(R1). Com a adoção da ICPC 01(R1), o valor de amortizações de ativos fixos tangíveis das concessões e os correspondentes subsídios foram reclassificados para a rubrica de Amortização de Intangíveis das Concessões - ICPC 01 (R1).

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, a infraestrutura utilizada na distribuição de energia elétrica é vinculada a esses serviços, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL.

A Resolução nº 20 da ANEEL, de 3 de fevereiro de 1999, regulamenta a desvinculação dos bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo a autorização prévia para desvinculação da infraestrutura inservível à concessão, quando destinada à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na própria concessão.

A movimentação do ativo intangível está demonstrada abaixo:

	31/12/2015	Adições	Baixas	Capitalização/ transferência (a)	30/09/2016
Em serviço	8.720.104	237	(38.608)	280.082	8.961.815
(-) Amortização	(3.376.024)	(362.924)	21.704	-	(3.717.244)
Total em serviço	5.344.080	(362.687)	(16.904)	280.082	5.244.571
Em curso	852.623	1.027.181	-	(490.475)	1.389.329
Total em curso	852.623	1.027.181	-	(490.475)	1.389.329
Obrigações especiais (b)	(2.942.915)	(128.239)	3.238	104.661	(2.963.255)
(-) Amortização	671.468	108.162	-	-	779.630
Total em obrigações especiais	(2.271.447)	(20.077)	3.238	104.661	(2.183.625)
Direito de concessão	291.810	-	-	-	291.810
(-) Amortização	(92.426)	(4.781)	-	-	(97.207)
Total de direito de concessão	199.384	(4.781)	-	-	194.603
Total	4.124.640	639.636	(13.666)	(105.732)	4.644.878

	31/12/2014	Reclassificação	Adições	Baixas	Capitalização/ transferência (a)	31/12/2015
Em serviço	8.149.113	(29.331)	48	(189.049)	789.323	8.720.104
(-) Amortização	(3.037.353)	-	(472.175)	133.504	-	(3.376.024)
Total em serviço	5.111.760	(29.331)	(472.127)	(55.545)	789.323	5.344.080
Em curso	1.125.332	-	1.120.248	(41.903)	(1.351.054)	852.623
Total em curso	1.125.332	-	1.120.248	(41.903)	(1.351.054)	852.623
Obrigações especiais (b)	(2.738.345)	-	(307.959)	56.025	47.364	(2.942.915)
(-) Amortização	512.681	-	158.787	-	-	671.468
Total em obrigações especiais	(2.225.664)	-	(149.172)	56.025	47.364	(2.271.447)
Direito de concessão	291.810	-	-	-	-	291.810
(-) Amortização	(85.719)	-	(6.707)	-	-	(92.426)
Total de direito de concessão	206.091	-	(6.707)	-	-	199.384
Total	4.217.519	(29.331)	492.242	(41.423)	(514.367)	4.124.640

- (a) Capitalizações correspondem às transferências do intangível em curso para o intangível em serviço e ativo financeiro em serviço e reclassificação às transferências para o ativo financeiro em serviço da concessão das controladas CEMAR e CELPA. De acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, 6.3.19 Juros sobre Obras em Andamento – JOA, para os financiamentos contraídos, os valores de juros, variações monetárias e as variações cambiais incorridos até o ativo iniciar suas atividades devem fazer parte do custo histórico do ativo, sendo que esses custos só poderão ser ativados limitado ao WACC regulatório (ou incorrido se for menor que WACC regulatório). No período findo em 30 de setembro de 2016 o valor do JOA foi de R\$ 19.577 (R\$ 73.304 em 31 de dezembro de 2015); e
- (b) Obrigações especiais representam substancialmente recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica.

Intangível em curso

O saldo do intangível em curso está constituído da seguinte forma:

	Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015
Obras em andamento	1.145.357	662.726
Materiais em depósitos	210.098	142.723
Adiantamento a fornecedores	50.390	62.789
Provisão para perdas	(16.516)	(15.615)
Total	1.389.329	852.623

O intangível em curso teve um acréscimo em virtude da ampliação dos investimentos em obras de construção de novas subestações, ampliações e novas tecnologias voltadas à expansão e modernização do sistema elétrico.

O intangível em curso da CELPA teve um acréscimo em virtude da ampliação dos investimentos em expansão e melhorias na rede de distribuição, ações de combate às perdas por furtos de energia, bem como na conexão de novos clientes.

18 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
Suprimento de energia elétrica (a)	-	-	334.767	473.401
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	24.799	24.639
Materiais e serviços (b)	-	-	446.588	300.287
Aquisição de combustível (c)	-	-	-	112.544
Outros	434	305	19.407	23.909
Total	434	305	825.561	934.780

- (a) No período até 30 de setembro de 2016 as despesas de compra de energia no curto prazo da controlada CELPA tiveram influências dos seguintes fatores: (i) redução no custo médio é explicada pelo menor custo do PLD, preço utilizado para liquidação de energia comprada no mercado spot, cujo valor médio para este período ficou em R\$ 65,01 por MWh (R\$MWh 166,89 em 31 de dezembro de 2015); (ii) a sobrecontratação de energia da distribuidora em virtude da recontratação de energia no 15º Leilão de Energia Existente (leilão A-1) e no recebimento de contratos de energia oriundos da participação do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits - MCSD Trocas Livres de Novembro e Dezembro de 2015, assim como o MCSD 4% com início de suprimento a partir de 2016;
- (b) O aumento do saldo de materiais e serviços refere-se principalmente a controlada CELPA que teve valores retidos em 2016 do fornecedor Guascor (Sistema Isolado) que estão sendo negociados de forma gradativa no montante aproximadamente de R\$ 20.000; reajustes de contratos; incremento dos investimentos das controladas; e ao saldo de aquisição de combustível, conforme item "c"; e
- (c) No período corrente o saldo de aquisição de combustível (R\$ 97.606) da controlada CELPA, está considerado na rubrica de "Materiais e serviços".

19 Empréstimos e financiamentos (Consolidado)

		30/09/2016		
Custo médio da dívida (%a.a.)		Principal e encargos		
		Circulante	Não circulante	Total
Moeda estrangeira (USD)				
Tesouro Nacional	5,14%	1.463	71.451	72.914
CCBI Itaú	1,99%	113.042	-	113.042
CCBI Citibank	4,17%	124.231	243.409	367.640
Operação Itaú	3,00%	1.752	132.147	133.899
Operação Santander	3,00%	1.957	131.037	132.994
Total moeda estrangeira		242.445	578.044	820.489
Moeda nacional				
Eletrobrás	11,19%	50.383	227.208	277.591
Guanabara	14,13%	2.048	2.198	4.246
IBM	15,22%	23.855	21.805	45.660
BNDES	8,49%	174.593	1.095.738	1.270.331
Banco do Brasil	14,89%	16.858	311.031	327.889
BNB	8,50%	19.804	61.901	81.705
Caixa	6,00%	2.873	58.727	61.600
Finep	4,00%	1.128	2.804	3.932
Sudene	7,00%	7.739	33.909	41.648
Votorantim	4,50%	474	1.167	1.641
Subtotal		299.755	1.816.488	2.116.243
(-) Custo de captação		(2.305)	(7.012)	(9.317)
Total moeda nacional		297.450	1.809.476	2.106.926
Total		539.895	2.387.520	2.927.415

Equatorial Energia S.A.
Informações Trimestrais em
30 de setembro de 2016

		31/12/2015		
Custo médio da dívida (%a.a.)		Principal e encargos		
		Circulante	Não circulante	Total
Moeda estrangeira (USD)				
Tesouro Nacional	4,85%	2.643	90.649	93.292
CCBI Itaú	2,34%	138.567	294.603	433.170
CCBI Citibank	5,72%	196.902	243.993	440.895
Santander	3,30%	152.146	158.730	310.876
Total moeda estrangeira		490.258	787.975	1.278.233
Moeda nacional				
Eletrobrás	5,45%	54.737	258.264	313.001
Finame	11,32%	274	-	274
Guanabara	14,79%	2.055	3.719	5.774
IBM	14,08%	29.404	26.488	55.892
BNDES	8,51%	177.613	1.033.826	1.211.439
Banco do Brasil	8,50%	8.924	306.946	315.870
BNB	8,50%	25.118	75.489	100.607
Caixa	8,55%	2.889	59.242	62.131
Finep	13,50%	1.130	3.645	4.775
IFC	4,50%	11.082	-	11.082
Sudene	7,00%	4.535	37.299	41.834
Votorantim	4,50%	475	1.522	1.997
Subtotal		318.236	1.806.440	2.124.676
(-) Custo de captação		(3.107)	(7.149)	(10.256)
Total moeda nacional		315.129	1.799.291	2.114.420
Total		805.387	2.587.266	3.392.653

Em 30 de setembro de 2016, o Grupo registrou o montante de R\$ 2.927.415 (R\$ 3.392.653 em 31 de dezembro de 2015), referente a empréstimos e financiamentos, sendo R\$ 539.895 de curto prazo e R\$ 2.387.520 de longo prazo (R\$ 805.387 de curto prazo e R\$ 2.587.266 de longo prazo em 31 de dezembro de 2015) a um custo médio anual de 8,85%, equivalente a 62,80% do CDI (8,76%, equivalente a 65,97% do CDI, em 31 de dezembro de 2015).

Em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, as parcelas relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

Vencimento	30/09/2016		31/12/2015	
	Valor	%	Valor	%
Circulante	539.895	18%	805.387	24%
2017	397.525	14%	902.852	27%
2018	755.481	26%	815.780	24%
2019	346.063	12%	239.422	7%
2020	298.777	10%	206.961	6%
Após 2020	596.686	20%	429.400	13%
Subtotal	2.394.532	82%	2.594.415	76%
Custo de captação (Não circulante)	(7.012)	0%	(7.149)	0%
Não circulante	2.387.520	82%	2.587.266	76%
Total	2.927.415	100%	3.392.653	100%

	Moeda nacional		Moeda estrangeira (USD)		
	Passivo Circulante	Passivo não Circulante	Passivo Circulante	Passivo não Circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	315.828	1.799.291	489.559	787.975	3.392.653
Ingressos	-	164.993	-	-	164.993
Encargos	110.949	7.192	24.647	-	142.788
Variação monetária e cambial	19.797	25.574	(5.832)	(204.275)	(164.736)
Transferências	187.711	(187.711)	5.656	(5.656)	-
Amortizações de principal	(227.217)	-	(244.810)	-	(472.027)
Pagamentos de juros	(109.721)	-	(27.474)	-	(137.195)
Custo de transação	435	(196)	700	-	939
Transferências de transação	(333)	333	-	-	-
Saldos em 30 de setembro de 2016	297.449	1.809.476	242.446	578.044	2.927.415

	Moeda nacional		Moeda estrangeira (USD)		
	Passivo Circulante	Passivo não Circulante	Passivo Circulante	Passivo não Circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	423.485	2.444.875	536.370	452.879	3.857.609
Reclassificação RJ (a)	-	(866.877)	-	(178.890)	(1.045.767)
Ingressos	-	488.503	125.000	493.613	1.107.116
Encargos	152.733	13.081	28.084	-	193.898
Variação monetária e cambial	577	22.523	71.443	315.755	410.298
Transferências	300.768	(300.768)	296.082	(296.082)	-
Amortizações de principal	(427.477)	-	(542.751)	-	(970.228)
Pagamentos de juros	(134.356)	-	(25.627)	-	(159.983)
Custo de transação	610	(2.558)	1.658	-	(290)
Transferências de transação	(512)	512	(700)	700	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	315.828	1.799.291	489.559	787.975	3.392.653

- (a) Reclassificação de dívidas da recuperação judicial, parcialmente contestadas pelos credores da controlada CELPA, cujo caráter contingente deixou de existir com o fim desta e, portanto, passaram a ser considerados como contas a pagar de credores da recuperação judicial e assim classificados. Após essa definição, em 2015, eles foram ajustados a valor presente, assim como todas as demais dívidas sujeitas à recuperação judicial.

O saldo referente a garantia de dívida, é compreendido por caução nas controladas CEMAR e CELPA no montante de R\$ 63.236 (R\$ 70.705 em 31 de dezembro de 2015).

Covenants e garantias dos empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos contratados pelas controladas CEMAR e CELPA possuem *covenants* e garantias financeiras, cujo não cumprimento, durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos. Até o encerramento do período findo em 30 de setembro de 2016, o Grupo manteve-se dentro dos limites estipulados nos contratos.

20 Debêntures (Consolidado)

A movimentação das debêntures nas controladas CEMAR e CELPA no período está assim demonstrada:

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	47.303	495.182	542.485
Adições	-	100.000	100.000
Encargos	45.627	-	45.627
Transferência	33.790	(33.790)	-
Amortização do principal	(33.790)	-	(33.790)
Pagamento de juros	(36.899)	-	(36.899)
Variação monetária	-	15.419	15.419
Custo de captação	(52)	238	186
Saldos em 30 de setembro de 2016	<u>55.979</u>	<u>577.049</u>	<u>633.028</u>

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	10.861	506.423	517.284
Encargos	56.828	(473)	56.355
Variação monetária	398	22.127	22.525
Transferências	33.400	(33.400)	-
Pagamento de juros	(54.182)	-	(54.182)
Custo de captação	(2)	505	503
Saldos em 31 de dezembro de 2015	<u>47.303</u>	<u>495.182</u>	<u>542.485</u>

Primeira emissão de debêntures

Em 25 de julho de 2016, a CELPA realizou a Primeira Emissão de Debêntures, cuja liquidação foi realizada em 5 de agosto de 2016, sendo uma emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia real e adicional fidejussória da Controladora Equatorial Energia, em série única, no montante total de R\$ 100.000, com vencimento em maio/2020 e destinou-se prioritariamente para aumento do capital de giro da CELPA. Em 30 de setembro de 2016, a taxa efetiva dessa operação é de 17,48% ao ano.

Quarta emissão de debêntures

Em 22 de setembro de 2012 encerrou-se a distribuição pública da 4ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da CEMAR. Os recursos captados, no montante de R\$ 280.000, dividido em duas séries de R\$ 101.380 e R\$ 178.620, destinaram-se, prioritariamente para implementação do programa de investimentos da CEMAR e aumento do capital de giro. Em 30 de setembro de 2016, a taxa efetiva dessa operação é de 14,92% ao ano (16% em 31 de dezembro de 2015).

Sexta emissão debêntures

Em 27 de outubro de 2014 encerrou-se a distribuição pública da 6ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da CEMAR. Os recursos captados, no montante de R\$ 200.000 em uma única série, destinaram-se, ao aumento do capital de giro, de forma a atender aos negócios de gestão da CEMAR. Em 30 de setembro de 2016, a taxa efetiva dessa operação é de 15,86% ao ano (15,27% em 31 de dezembro de 2015).

Em 30 de setembro de 2016, as debêntures representam o montante de R\$ 633.028 e os seus vencimentos estão programados conforme descrito a seguir:

	30/09/2016		31/12/2015	
	Valor	%	Valor	%
Vencimento				
Circulante	55.979	9%	47.303	9%
2017	66.660	11%	100.450	19%
2018	180.443	29%	174.876	32%
2019	197.797	31%	141.096	26%
2020	133.521	21%	80.369	14%
Não circulante	578.421	91%	496.791	91%
Custo de captação - Não circulante	(1.372)	0%	(1.609)	0%
Total não circulante	577.049	91%	495.182	91%
Total	633.028	100%	542.485	100%

Covenants

As debêntures preveem a manutenção de indicadores de endividamento e cobertura de juros. Em 30 de setembro de 2016, a CEMAR e a CELPA atenderam a todos os indicadores requeridos contratualmente.

21 Impostos e contribuições a recolher

21.1 Impostos e contribuições a recolher

	Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015
Circulante		
ICMS	220.610	194.568
ICMS parcelamento (a)	2.566	33.056
PIS e COFINS	46.056	46.149
Encargos sociais	13.594	29.263
Outros	8.155	9.385
Total	290.981	312.421
Não circulante		
ICMS parcelamento	35.497	30.316
Outros	1.181	20.393
Total	36.678	50.709

- (a) A CELPA possui parcelamentos concedidos pela Secretaria Executiva de Estado da Fazenda do Estado do Pará, originário de débitos do ICMS corrente. O referido saldo é corrigido pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC mais 1% de juros, sendo que o último pagamento está previsto para ser liquidado em 30 de outubro de 2017.

21.2 Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
IRRF	3.429	10.163	4.498	9.981
Provisão de IRPJ/CSLL	4.037	474	9.647	8.257
Total	<u>7.466</u>	<u>10.637</u>	<u>14.145</u>	<u>18.238</u>

22 Impostos de renda e contribuição social diferidos

As controladas reconheceram imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias e imposto de renda sobre prejuízos fiscais considerando as suas projeções de lucro tributável.

Os créditos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais não possuem prazo de prescrição e os seus efeitos financeiros ocorrerão no momento da sua realização. O imposto de renda é calculado à alíquota de 25%, considerando o adicional de 10% e a contribuição social foi constituída à alíquota de 9%. Dessa forma, os referidos créditos fiscais estão contabilizados no ativo não circulante, considerando a expectativa de sua realização, sendo observado o limite de 30% para compensação anual com lucros tributáveis, conforme determinação do CPC 32.

22.1 Composição dos créditos e débitos de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015
IRPJ prejuízos fiscais (a)	132.544	132.544
IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias	(325.406)	(244.591)
IRPJ e CSLL sobre reserva de reavaliação	(80.143)	(88.325)
IRPJ e CSLL CELPA aquisição CELPA	<u>50.269</u>	<u>57.870</u>
Total	<u>(222.736)</u>	<u>(142.502)</u>

(a) Os créditos de prejuízos fiscais são provenientes da controlada CEMAR.

A controlada CELPA possui prejuízos fiscais e base negativa de CSLL não reconhecidos em seu ativo em 30 de setembro de 2016, por não atender às condições previstas no CPC 32 - Tributos sobre o lucro e na Deliberação CVM nº 371/2002. Tais créditos de IRPJ e CSLL, no montante de R\$ 196.613 (R\$ 203.925 em 31 de dezembro de 2015), não possuem prazo de prescrição.

- (i) Composição IRPJ e CSLL diferenças temporárias.

	Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015
Provisão para contingências	84.682	91.875
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	81.445	181.466
Provisão para participação nos lucros	9.134	10.840
Tributos com exigibilidade suspensa	4.834	971
Depreciação acelerada	(357.569)	(295.193)
Provisão fundo de pensão	11.015	12.484
VNR	(39.507)	(23.802)
Custo de captação, AVP e atualização do ativo financeiro	(167.765)	(157.113)
SWAP	14.749	(108.120)
Outras despesas não dedutíveis	33.576	42.001
Total	(325.406)	(244.591)

- (ii) Composição do IRPJ e CSLL aquisição CELPA

	30/09/2016	31/12/2015
Intangível - mais-valia concessão	(37.668)	(40.276)
Baixa de ativo Imobilizado	35.518	37.976
Contingências possíveis	43.270	51.020
Outras contas a pagar - PLPT	9.149	9.150
Total	50.269	57.870

22.2 Expectativa de recuperação

Com base nos estudos técnicos de viabilidade, a Administração da controlada estima que a realização dos créditos fiscais possa ser feita até 2020, conforme demonstrado abaixo:

Expectativa de realização	2018	2019	2020	Total
Impostos diferidos	10.400	76.900	45.244	132.544

A CEMAR não realizou imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais no período findo em 30 de setembro de 2016, pois tem optado pela realização dos benefícios de depreciação acelerada até 2018, incentivo tecnológico e benefício SUDENE até 2021.

O estudo técnico de viabilidade, que inclui a recuperação dos impostos diferidos, é revisado anualmente, foi elaborado pela Companhia, examinado pelo Conselho Fiscal e aprovado pelo Conselho de Administração em 10 de março de 2016.

22.3 Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL) debitada em resultado, nos períodos findos em 30 de setembro de 2016 e de 2015, está demonstrada a seguir:

Equatorial Energia S.A.
Informações Trimestrais em
30 de setembro de 2016

	30/09/2016		30/09/2015	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)	781.357	781.357	1.024.624	1.024.624
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%
Pela alíquota fiscal	195.339	70.322	256.156	92.216
Adições:				
Provisão para contingências	62.266	22.416	65.374	23.535
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	34.715	12.497	46.518	16.747
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética P&D	18.948	6.821	14.997	5.399
Ajuste a valor presente	6.645	2.392	34.631	12.467
Variação de <i>SWAP</i>	111.441	40.118	59.596	21.455
IRPJ/CSLL sobre reserva de reavaliação	6.017	2.166	12.439	4.478
Participação nos lucros, honorários e licença prêmio	7.911	2.848	17.963	6.466
Provisão para fundo de pensão	8.099	2.916	-	-
Provisão para participação nos lucros	6.716	2.418	-	-
Provisão para recuperação de ativos	4.129	1.486	3.829	1.378
Custo de Captação, AVP e VNR	18.029	6.491	-	-
Efeito de IR/CSLL sobre equivalência patrimonial	-	-	24.916	8.970
Outras provisões	28.429	10.235	29.791	11.114
	<u>313.345</u>	<u>112.804</u>	<u>310.054</u>	<u>112.009</u>
Exclusões:				
Reversões de provisões, reposicionamento tarifário diferido e ativos regulatórios	-	-	(208.623)	(75.104)
Provisão para contingências	(67.555)	(24.320)	(19.400)	(6.984)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(108.260)	(38.974)	(20.618)	(7.423)
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética e M.M.M	(16.194)	(5.830)	(13.834)	(4.980)
Variação de <i>SWAP</i>	(21.097)	(7.594)	(82.032)	(29.532)
Participação nos lucros, honorários e licença prêmio	(7.603)	(2.737)	(6.946)	(2.501)
Provisão para fundo de pensão	(9.179)	(3.305)	-	-
Provisão para participação nos lucros	(7.970)	(2.869)	-	-
Provisão para recuperação de ativos	(3.904)	(1.405)	(126.461)	(45.526)
Custo de Captação, AVP e VNR	(44.054)	(15.859)	-	-
Efeito de IR/CSLL sobre equivalência patrimonial	(25.459)	(8.379)	(6.129)	(2.206)
Outras provisões	(23.317)	(8.204)	6.388	1.959
Depreciação acelerada	(62.376)	-	-	-
	<u>(396.968)</u>	<u>(119.476)</u>	<u>(477.655)</u>	<u>(172.297)</u>
IRPJ e CSLL	<u>111.716</u>	<u>63.650</u>	<u>88.555</u>	<u>31.928</u>
Compensação base negativa de CSLL	-	(6.660)	(2.725)	(3.885)
Incentivo PAT	(2.120)	-	(1.088)	-
Incentivo de prorrogação licença maternidade	(80)	-	(541)	-
Despesa IRPJ anos anteriores	1.032	372	(544)	(125)
IRPJ e CSLL no resultado do período	<u>110.548</u>	<u>57.362</u>	<u>83.657</u>	<u>27.918</u>
Alíquota efetiva (excluindo IRPJ/CSLL diferidos)	14%	7%	8%	3%
Ativo fiscal diferido	69.918	2.715	170.498	61.361
(+) IRPJ subvenção governamental	(97.298)	-	(68.384)	-
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL constituídos	7.600	-	(18.769)	(6.751)
IRPJ e CSLL no resultado do exercício	<u>90.768</u>	<u>60.077</u>	<u>167.002</u>	<u>82.528</u>
Alíquota efetiva com ativo fiscal Diferido	12%	8%	16%	8%

CEMAR

Em 14 de maio de 2007, a Agência para o Desenvolvimento do Nordeste - ADENE, atual Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, que pertence ao Ministério de Integração Nacional, emitiu o Laudo Constitutivo nº 0061/2007, que outorga à CEMAR ampliação do percentual de redução do imposto de renda de 25% para 75% sob a justificativa de modernização total das suas instalações elétricas, com prazo de vigência de 2007 até o ano de 2016. Em 28 de março de 2012, foi emitido novo Laudo Constitutivo nº 0037/2012, que outorga à CEMAR ampliação do percentual de redução do imposto de renda de 75% sob a justificativa de modernização total das suas instalações elétricas, com prazo de vigência de 2012 até o ano de 2021. Em 30 de setembro de 2016, o valor do imposto de renda calculado sobre o lucro da exploração foi de R\$76.689.

CELPA

Em 19 de dezembro de 2013, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, que pertence ao Ministério de Integração Nacional, emitiu o Laudo Constitutivo nº 140/2013, que outorga à CELPA o benefício de redução do imposto de renda de 75% sob a justificativa de diversificação de empreendimento de infraestrutura, com prazo de vigência de 2013 até o ano de 2022. Em 30 de setembro de 2016, o valor do imposto de renda calculado sobre o lucro da exploração foi de R\$54.314 (R\$ 20.586 em 31 de dezembro de 2015).

23 Participação nos lucros

O programa de participação nos resultados da Companhia e de suas controladas é corporativo e está atrelado ao resultado do EBITDA (Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização) e diversos outros indicadores operacionais e financeiros da Companhia. O programa é composto por avaliações dos indicadores da presidência, diretorias, gerências, executivos e colaboradores e vem evoluindo ao longo dos anos de forma a propiciar um maior engajamento dos colaboradores na melhoria dos resultados operacionais na Companhia. Em 30 de setembro de 2016, o saldo provisionado de participação nos lucros na Companhia é de R\$ 3.511 (R\$ 3.220 em 31 de dezembro de 2015) e o saldo provisionado juntamente com suas controladas é de R\$ 61.654 em 30 de setembro de 2016 (R\$ 65.384 em 31 de dezembro de 2015).

24 Valores a pagar da recuperação judicial - CELPA

24.1 Composição da dívida

	30/09/2016	31/12/2015
Circulante		
Credores operacionais (a)	76.031	75.531
Encargos setoriais (b)	28.315	26.894
(-) Ajuste a valor presente (d)	(16.627)	(10.979)
Total	<u>87.719</u>	<u>91.446</u>

Não circulante		
Credores operacionais (a)	79.974	138.683
Encargos setoriais (b)	10.296	34.548
Intragrupos (c)	72.468	69.413
Credores financeiros	1.215.915	1.199.397
(-) Ajuste a valor presente (d)	(415.060)	(446.442)
Total	963.593	995.599
Total	1.051.312	1.087.045

O cronograma de pagamento das parcelas de longo prazo dos valores a pagar de recuperação judicial é o seguinte:

Vencimento	30/09/2016		31/12/2015	
	Valor	%	Valor	%
Circulante	87.719	8,3%	91.446	8,4%
2017	38.204	3,6%	134.526	12,4%
2018	2.574	0,2%	-	0,0%
2019	9.489	0,9%	3.680	0,3%
2020	-	0,0%	3.394	0,3%
Após 2020	913.326	86,9%	853.999	78,6%
Não circulante	963.593	91,7%	995.599	91,6%
Total geral	1.051.312	100%	1.087.045	100%

24.2 Movimentação dos valores a pagar de recuperação judicial

	Saldo em 31/12/2015	Juros, encargos e variação cambial	Amortização	Ajuste a valor presente	Saldo em 30/09/2016
Credores operacionais (a)	172.168	-	(58.208)	7.055	121.015
Encargos setoriais	53.803	4.214	(20.377)	365	38.005
Intragrupo	41.055	3.055	-	1.134	45.244
Credores financeiros	820.019	11.958	(2.108)	17.179	847.048
Total	1.087.045	19.227	(80.693)	25.733	1.051.312

	Saldo em 31/12/2014	Reclassificação RJ	Ingressos	Juros, encargos e variação cambial	Amortização	Ajuste a valor presente	Saldo em 31/12/2015
Credores operacionais (a)	195.875	-	14.300	-	(79.664)	41.657	172.168
Encargos setoriais	74.437	-	-	8.248	(27.910)	(972)	53.803
Intragrupo	65.549	-	-	3.865	-	(28.359)	41.055
Credores financeiros	-	1.045.767	-	160.297	-	(386.045)	820.019
Total	335.861	1.045.767	14.300	172.410	(107.574)	(373.719)	1.087.045

- (a) Valores devidos aos credores ligados à operação da controlada CELPA, tais como prestadores de serviços, fornecedores de materiais, locatários, entre outros que foram homologados no âmbito do Plano de Recuperação Judicial da CELPA;
- (b) Refere-se aos encargos RGR, CCC, Taxa de fiscalização, CDE, Proinfra e MME parcelados no âmbito da recuperação judicial;
- (c) Refere-se aos créditos detidos por empresas integrantes do antigo grupo controlador que se encontram parcelados no âmbito da recuperação judicial; e
- (d) Com a recuperação judicial, houve uma mudança nos termos de contratos de empréstimos e financiamentos contraídos antes da determinação da mesma. Durante essa fase, algumas instituições financeiras pleiteavam a exclusão da recuperação judicial por entender que seus créditos eram extraconcursais. O encerramento do processo de recuperação, ocorrido em 1º de dezembro de 2014, atestou o cumprimento do plano pela CIA., sobretudo no que diz respeito aos aportes de recursos, pagamento aos credores conforme, consignado e principalmente considerou imaterial o montante controverso de sujeição ou não de créditos ao plano de recuperação judicial. Tanto que, em Assembleia Geral de Credores, a maioria dos presentes, tanto em quantidade quanto em valor, aprovaram a saída da empresa do período de supervisão judicial e logo em seguida os agentes relacionados ao processo (administrador judicial, perito

contador, Ministério Público e ANEEL) manifestaram formalmente nos autos opinando pelo encerramento da recuperação, culminando com a sentença de encerramento da recuperação judicial. Dessa forma, após análises feita pela CELPA, as quais foram concluídas no trimestre findo em 30 de junho de 2015, passou-se a considerar como remota a possibilidade de exclusão dos créditos dos critérios da recuperação judicial, sendo possível mantê-los, com probabilidade mais que possível até o seu vencimento definido em recuperação judicial. Sendo assim, em 2015, a CELPA realizou o ajuste a valor presente, no valor de R\$ 395.292, sendo R\$ 404.983 de empréstimos e financiamentos, R\$ 26.206 de credores operacionais, R\$ 15.300 de intragrupos e R\$ 1.215 de encargos setoriais. Entendeu-se que houve mudança nos termos da dívida e certeza mais que possível de sua manutenção até o vencimento, fato gerador para os registros a valor presente de acordo com o CPC - 12.

25 Provisão para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórias (Consolidado)

As controladas CEMAR e a CELPA são partes (polos passivos) em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões fiscais, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração das Controladas, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	30/09/2016		30/09/2016	
	Valor das causas	Depósitos judiciais	Valor das causas	Depósitos judiciais
Cíveis (a)	136.314	23.050	130.275	130.564
Fiscais	34.849	126.669	2.286	387
Trabalhistas	81.769	45.398	119.767	44.853
Regulatórias	13.860	-	18.057	-
PPA CELPA	283.740	-	334.561	-
Total	550.532	195.117	604.946	175.804
Circulante	97.486	31.917	134.950	25.277
Não circulante	453.046	163.200	469.996	150.527

- (a) Dos valores de depósitos judiciais cíveis, R\$ 61.996 se referem a fluxos de contratos de cédulas bancárias que estão sendo depositados no âmbito do processo de recuperação judicial. Esses créditos foram listados no plano de recuperação judicial e foram impugnados pelas instituições financeiras credoras. Por ordem judicial vigente, o fluxo contratual está sendo depositado, mensalmente, em juízo até que seja proferida pela justiça uma decisão final de mérito sobre a sujeição ou não dos créditos ao regime recuperacional, da controlada CELPA; e

O valor justo dos passivos contingentes cíveis, fiscais e trabalhistas da controlada CELPA foi determinado com base na avaliação de assessores jurídicos, os quais também consideraram nesta avaliação as causas com probabilidade de perda possível, resultando em um ajuste no montante de R\$ 283.740 em 30 de setembro de 2016.

Movimentação dos processos no período (Consolidado)

	31/12/2015		30/09/2016			
	Saldo inicial	Adições	Utilização (1)	Reversão de provisão (2)	Atualização (3)	Saldo final
Cíveis	130.275	33.790	(25.318)	(16.238)	13.805	136.314
Fiscais	2.286	32.552	-	11	-	34.849
Trabalhistas	119.767	32.538	(65.008)	(22.127)	16.599	81.769
Regulatórias	18.057	605	-	(6.268)	1.466	13.860
PPA CELPA (a)	334.561	-	-	(50.821)	-	283.740
Total	604.946	99.485	(90.326)	(95.443)	31.870	550.532

	31/12/2014	31/12/2015				
	Saldo inicial	Adições	Utilização (1)	Reversão de provisão (2)	Atualização (3)	Saldo final
Cíveis	120.583	31.324	(25.823)	(14.105)	18.296	130.275
Fiscais	498	1.826	-	(16)	(22)	2.286
Trabalhistas	112.611	5.719	(4.750)	(5.132)	11.319	119.767
Regulatórias	28.382	2.004	(11.745)	(2.494)	1.910	18.057
PPA CELPA (a)	335.899	-	-	(1.338)	-	334.561
Total	597.973	40.873	(42.318)	(23.085)	31.503	604.946

(1) Gastos efetivos com contingências judiciais.

(2) Reversões realizadas no período.

(3) Atualizações monetárias.

(a) PPA CELPA - são provenientes de estimativa de valor do desembolso das causas possíveis de acordo com análises do departamento jurídico da controlada CELPA.

Cíveis

As controladas figuram como rés em 25.114 processos cíveis (20.378 processos em 2015), sendo que 18.134 tramitam em Juizados Especiais (14.385 processos em 2015), os quais, em sua grande maioria, referem-se a pleitos de danos materiais e morais, assim como ressarcimento de valores pagos por consumidores.

Os processos cíveis mais significativos envolvem ações indenizatórias questionando acidentes com a rede de distribuição, falha no fornecimento, morte por descarga elétrica ou danos decorrentes da rescisão de contratos com fornecedores.

Em 30 de setembro de 2016 o Grupo contempla provisão de R\$ 136.314 (R\$ 130.275 em 31 de dezembro de 2015).

Além das perdas provisionadas, existem outras contingências cíveis cuja possibilidade de perda é avaliada pela Administração, com base na avaliação a Gerência Jurídica da CEMAR e da CELPA e seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$ 440.096 (R\$ 439.025 em 31 de dezembro de 2015) para as quais não foram constituídas provisões.

Fiscais

A CEMAR e a CELPA figuram como parte ré em 160 processos fiscais (165 processos em 2015).

As informações trimestrais findas em 30 de setembro de 2016 contemplam provisão de R\$ 34.849, para as causas fiscais (R\$ 2.286 em 31 de dezembro de 2015).

Além das perdas provisionadas, existem outras contingências fiscais cuja possibilidade de perda é avaliada pela Administração, com base na avaliação a Gerência Jurídica da CEMAR e da CELPA e seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$ 46.283 (R\$ 46.416 em 31 de dezembro de 2015) para as quais não foram constituídas provisões.

Trabalhistas

Atualmente, o passivo trabalhista é composto por 2.744 (2.438 processos em 2015) reclamações ajuizadas por ex-empregados contra a Companhia e suas controladas, com pedidos que variam entre horas extras, periculosidade, equiparação e/ou reenquadramento salarial, doença ocupacional/reintegração, estabilidade CIPA, entre outros, assim como por ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), que pleiteiam, em sua maioria, verbas rescisórias.

Em 30 de setembro de 2016 contempla provisão para causas trabalhistas no valor de R\$ 81.769 (R\$ 119.797 em 31 de dezembro de 2015).

Além das perdas provisionadas, existem outras contingências trabalhistas cuja possibilidade de perda é avaliada pela Administração, com base na avaliação a Gerência Jurídica da CEMAR e da CELPA e seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$ 99.386 (R\$ 85.195 em 31 de dezembro de 2015) para as quais não foram constituídas provisões.

Regulatórias

O valor a ser provisionado nesse item corresponde a prováveis penalidades a serem aplicadas na CEMAR e na CELPA, provenientes de:

- Autos de Infração (AI) emitidos pelo órgão regulador do setor elétrico - a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL);
- Termos de Notificação (TN) emitidos pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica/CEEE, quando se tratarem de infrações relacionadas à comercialização de energia elétrica;
- Penalidades emitidas pelo Operador Nacional do Sistema (NOS), quando se tratarem de infrações relacionadas à operação do sistema elétrico;
- Sanções Administrativas provenientes dos órgãos de defesa do consumidor.

26 Outras contas a pagar (Consolidado)

	30/09/2016	31/12/2015
Circulante		
Adiantamentos de consumidores (a)	87.867	14.266
ANEEL - autos de infração (b)	12.178	47.376
Convênios de arrecadação	19.626	18.311
Encargos tarifários	8.305	
Entidades seguradoras	-	203
Outras apropriações fornecedores	10.673	11.001
Encargos tarifários	-	1.894
Multas regulatórias (b)	44.848	71.753
Cauções	8.350	3.817
Aquisição CELPA (c)	60.000	60.000
Créditos de terceiros	-	6.890
Outras contas a pagar (d)	22.486	48.483
Total circulante	<u>274.333</u>	<u>283.994</u>
Não circulante		
ANEEL - autos de infração (b)	23.207	29.058
Questionamentos tributários - CCC (e)	297.361	246.915
Multas regulatórias (b)	-	-
Outras contas a pagar (d)	25.366	25.726
Total não circulante	<u>345.934</u>	<u>301.699</u>
Total	<u>620.267</u>	<u>585.693</u>

- (a) Refere-se a adiantamento recebido com a finalidade de assegurar os investimentos necessários ao atendimento, pela Companhia e suas controladas, ao consumidor;

- (b) Refere-se a um passivo de penalidade por transgressão dos indicadores de continuidade, em discussão no âmbito administrativo do Processo nº 0048/2012-GTE e no plano de recuperação judicial da controlada CELPA;
- (c) Refere-se a saldo a ser restituído referente ao Programa Luz Para Todos. O valor do ajuste foi estimado pela Administração da Empresa quando da aquisição da controlada CELPA;
- (d) Dos valores de outras contas a pagar, R\$20.854 refere-se à controlada CELPA, em que temos como principal composição R\$17.222 referente ao provisionamento para pagamento de custos operacionais a diversos prestadores de serviços; e
- (e) Refere-se a questionamentos tributários a restituir ao Fundo CCC conforme Resolução Normativa nº 427/11. A variação ocorrida durante o período findo 30 de setembro em 2016 deve-se basicamente à atualização IPCA e à inclusão dos novos valores de ICMS, PIS e COFINS da controlada CELPA.

27 Patrimônio líquido

27.1 Capital social

O capital social em 30 de setembro de 2016 é de R\$ 1.981.985 (R\$ 1.980.214 em 31 de dezembro de 2015) e sua composição por classe de ações e principais acionistas é a seguinte:

Acionista	ON	%
Squadra Investimentos	31.176.900	15,69%
Opportunity	20.135.788	10,13%
Administradores	667.994	0,34%
Outros	146.695.285	73,84%
Total	<u>198.675.967</u>	<u>100,00%</u>

A Companhia fica autorizada a aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária, até o limite de R\$ 300.000.000 (trezentos milhões) de ações, mediante a emissão de novas ações ordinárias.

Em 12 de maio de 2016, através do exercício de opções no âmbito do Quarto Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, foi verificado aumento de capital total de R\$ 1.771, por meio da emissão e subscrição de 87.500 ações ordinárias da Companhia.

A Companhia é listada no segmento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, tendo exclusivamente ações ordinárias em sua base acionária e garantindo 100% de “Tag Along” aos acionistas minoritários no caso de fusões ou transferência de controle acionário.

27.2 Reserva de capital

Em atendimento a deliberação CVM nº 562, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o CPC 10, a Companhia possui registrado na Reserva de Capital o montante total de R\$ 53.187 (R\$44.909 em 31 de dezembro de 2015), referentes a opções outorgadas reconhecidas.

27.3 Reservas de lucros

27.3.1 Reserva legal

Constituída à base de 5% do lucro líquido antes das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio, conforme determina a legislação societária, definido pelo Conselho de Administração, e limitada a 20% do capital social. Em 30 de setembro de 2016, o saldo desta reserva R\$ 138.124 (R\$ 138.124 em 31 de dezembro de 2015).

27.3.2 Reserva para investimento e expansão

Essa reserva destina-se a registrar parcela do lucro líquido do exercício destinada a operações de investimento e expansão da Companhia. Em 30 de setembro de 2016, o saldo desta reserva R\$ 1.334.217 (R\$ 1.334.217 em 31 de dezembro de 2015).

27.3.3 Reserva de distribuição de dividendos adicionais

Essa reserva destina-se a registrar a parcela de dividendos que excede o previsto legal ou estatutariamente, até a deliberação definitiva pelos sócios assembleia.

28 Plano de opção de compra de ações

Quarto plano de opções de ações

Foi aprovada, na Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de 21 de julho de 2014, a criação do Quarto Plano de Opções de Compra de Ações da Equatorial (“Plano”). As opções de subscrição de ações a serem oferecidas nos termos do Plano não excederão 3,0% (três por cento) das Ações representativas do capital social total da Companhia (incluindo as Ações emitidas em decorrência do exercício de Opções com base neste Plano), contanto que o número total de Ações emitidas ou passíveis de serem emitidas nos termos do Plano esteja sempre dentro do limite de capital autorizado da Companhia.

Uma vez exercida a opção pelos interessados, as referidas ações serão objeto de emissão através de aumento do capital da Companhia. Mais detalhes sobre o Plano podem ser obtidos na Ata da AGE que o aprovou, a qual está disponível no site da Companhia e no site da CVM.

Preço de Exercício das Opções

O Preço de Exercício das Opções outorgadas nos termos do Plano será determinado pelo Comitê de Administração do Plano, com base na média da cotação das Ações da Companhia na BM&FBOVESPA, ponderada pelo volume de negociação, no período de até 180 dias que antecederem a Data de Outorga.

O Preço de Exercício será reduzido pelo valor dos dividendos, juros sobre o capital próprio e outros proventos distribuídos pela Companhia aos acionistas ou quaisquer outros valores por Ação colocados à disposição dos acionistas pela Companhia, inclusive em função de redução de capital social sem o cancelamento de ações ou qualquer outra operação societária que implique alocação de recursos aos acionistas ou redução do valor das ações, sempre considerado o período compreendido entre a Data de Outorga e a data do exercício das Opções.

Beneficiários

Os beneficiários do Plano poderão exercer suas Opções no prazo máximo de 6 (seis) anos a partir da data de outorga das Opções. As opções tornam-se exercíveis ao longo de 4 (quatro) anos, sendo 25% em cada ano.

Durante o prazo de 1 (um) ano contado da data de exercício das Opções, os beneficiários não poderão vender, ceder ou, de qualquer forma, alienar as Ações da Companhia originalmente adquiridas ou subscritas ao amparo do Plano.

Em 21 de julho de 2014, o Comitê de Administração do Plano outorgou 4.225.000 (quatro milhões, duzentos e vinte e cinco mil) Opções aos beneficiários do Plano, ao preço de R\$21,76 (vinte e um reais e setenta e seis centavos) por Opção.

Potencial de diluição

De acordo com as regras do Plano, a emissão potencial das opções remanescentes implicaria em uma diluição adicional para os atuais acionistas da Equatorial Energia S.A. equivalente a 3%, no máximo.

29 Receita operacional (Consolidado)

Em 30 de setembro de 2016 e 2015, a composição do fornecimento de energia elétrica pelas classes de consumidores é conforme demonstrada a seguir:

30/09/2016			
	Nº de consumidores (*)	MWh (*)	R\$
Residencial	4.149.136	5.039.976	3.030.801
Industrial	12.552	1.482.994	550.721
Comercial	330.221	2.284.266	1.426.976
Rural	199.590	325.863	138.193
Poder público	42.546	664.793	479.455
Iluminação pública	1.543	720.439	263.519
Serviço público	8.537	411.703	115.259
Consumo próprio	586	31.328	-
Receita pela disponibilidade - Uso da rede	-	-	15.696
Suprimento CCEE	-	-	180.619
Baixa renda	-	-	313.297
Transferência para obrigações especiais - ultrapassagem de demanda/excedente de reativos	-	-	(31.255)
Receita de construção	-	-	1.025.402
Valores a receber/devolver da parcela A e outros itens financeiros	-	-	36.202
Outras	-	-	261.825
Total	4.744.711	10.961.362	7.806.710

30/09/2015			
	Nº de consumidores (*)	MWh (*)	R\$
Residencial	3.948.875	4.603.541	2.634.256
Industrial ³	12.598	1.363.699	622.106
Comercial ³	316.018	2.200.762	1.367.804
Rural	183.588	286.921	118.310
Poder público	41.456	618.865	364.979
Iluminação pública	1.482	634.589	229.749
Serviço público	8.251	404.953	170.817
Consumo próprio	607	31.239	-
Receita pela disponibilidade - Uso da rede	-	-	23.050
Fornecedores não faturado reposição tarifaria	-	-	49.036
Suprimento CCEE	-	-	167.430
Baixa renda	-	-	237.308
Transferência para obrigações especiais - ultrapassagem de demanda/excedente de reativos	-	-	(25.782)
Receita de construção	-	-	737.990
Valores a receber/devolver da parcela A e outros itens financeiros	-	-	434.621
PIS e COFINS sobre a parcela A	-	-	(36.766)
Outras	-	-	248.319
Total	4.512.875	10.144.569	7.343.227

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

³ Para fins de comparabilidade e melhor análise dos saldos com o período atual, a Companhia reclassificou o MWh dos clientes livres ”.

30 Receita operacional líquida (Consolidado)

A conciliação da receita bruta para a receita líquida é como segue:

	30/09/2016	30/09/2015
Fornecimento de energia elétrica ⁴	6.198.297	5.748.975
Remuneração financeira WACC	134.304	135.610
Valores a receber/devolver de parcela A e outros itens financeiros (a)	36.202	397.855
Suprimento de energia elétrica (b)	180.619	167.430
Subvenção CDE – Outros ³	107.877	81.872
Receita de construção (c)	1.025.402	737.990
Outras receitas ³	124.009	73.495
	<hr/>	<hr/>
Receita operacional	7.806.710	7.343.227
ICMS sobre venda de energia elétrica	(1.250.877)	(1.191.708)
PIS e COFINS	(570.542)	(599.365)
Encargos do consumidor	(55.781)	(132.365)
ISS	(4.162)	(2.116)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (d)	(434.400)	(157.471)
Outros	(2.827)	(964)
	<hr/>	<hr/>
Deduções à receita operacional	(2.318.589)	(2.083.989)
	<hr/>	<hr/>
Receita operacional líquida	5.488.121	5.259.238

- (a) Por meio do Despacho nº 4.621, de 25 de novembro de 2014, a ANEEL aprovou modelo de aditivo aos contratos de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, cujo objetivo é garantir que os saldos remanescentes de ativos ou passivos regulatórios relativos a valores financeiros a serem apurados com base nos regulamentos preestabelecidos pela ANEEL, incluídos aqueles constituídos após a última alteração tarifária comporão o valor da indenização a ser recebida pelo concessionário em eventual término da concessão, por qualquer motivo. Como consequência, foi emitido pelo CPC a Orientação Técnica - OCPC08 (“OCPC08”), que teve por objetivo tratar dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação destes ativos ou passivos financeiros que passam a ter a característica de direito (ou obrigação) incondicional de receber (ou entregar) caixa ou outro instrumento financeiro a uma contraparte claramente identificada;
- (b) O valor corresponde à receita na operação de curto prazo no mercado *spot*, onde no trimestre findo em 30 de setembro de 2016 as controladas CEMAR e CELPA tiveram sobras contratuais pela queda no mercado devido à crise do país, e com isso vendeu energia no mercado *spot*;
- (c) A ICPC 01 estabelece que a concessionária de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os pronunciamentos técnicos CPC 17 - Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30(R1) - Receitas (serviços de operação - fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade-fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade-fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionada. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais; e
- (d) A conta CDE teve aumento significativo no ano de 2016, devido às amortizações das parcelas do empréstimo da conta ACR e quota do Tesouro, que foram concedidos às controladas CEMAR e CELPA para minimizar as despesas das distribuidoras no mercado de curto prazo no ano de 2014.

⁴ Para fins de comparabilidade e melhor análise dos saldos com o período atual, a Companhia reclassificou valores que estavam na rubrica “Outras” para as rubricas de “Fornecimento de energia elétrica” e “Subvenção CDE – Outros”.

31 Custos do serviço e despesas operacionais

30/09/2016				
Custos/despesas operacionais	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com vendas	Despesas administrativas	Total
Pessoal	94.107	42.388	104.276	240.771
Material	3.179	2.260	878	6.317
Serviços de terceiros	209.352	153.747	115.485	478.584
Energia elétrica comprada para revenda	2.385.863	-	-	2.385.863
Custo de construção	1.025.402	-	-	1.025.402
Encargo uso do sistema de transmissão e distribuição	181.437	-	-	181.437
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	139.189	-	139.189
Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	-	-	(36.379)	(36.379)
Amortização	190.854	-	64.016	254.870
Arrendamento e aluguéis	16.448	3.579	2.824	22.851
Subvenção CCC	9.373	-	-	9.373
Outros	6.458	(3.725)	872	3.605
Total	4.122.473	337.438	251.972	4.711.883

30/09/2015				
Custos/despesas operacionais	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com vendas ⁵	Despesas administrativas ⁵	Total
Pessoal	82.574	37.838	97.800	218.212
Material	11.277	2.655	2.671	16.603
Serviços de terceiros	158.001	158.352	84.893	401.246
Taxa de fiscalização de serviço de energia elétrica	3.571	-	-	3.571
Energia elétrica comprada para revenda	2.758.613	-	-	2.758.613
Encargo uso do sistema de transmissão e distribuição	145.125	-	-	145.125
Custo de construção	737.990	-	-	737.990
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	88.599	-	88.599
Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	-	-	9.135	9.135
Amortização	158.565	-	33.383	191.948
Arrendamento e aluguéis	16.576	2.259	3.168	22.003
Subvenção CCC	(10.995)	-	-	(10.995)
Recuperação de despesas	-	(21.704)	-	(21.704)
Outros	(12.250)	20.495	21.144	29.389
Total	4.049.047	288.494	252.194	4.589.735

⁵ Para efeito de comparabilidade e melhor análise, a Companhia para 30/09/2015 efetuou ajustes de inclusões nas colunas de “Despesas com vendas” demonstrando o valor de “Provisão para crédito de liquidação duvidosa”, bem como nas “Despesas administrativas” incluindo o valor de “Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas” e a concatenação de “Honorários administradores” juntamente com a linha de “Pessoal” e a inclusão da “Amortização”. Tais valores eram demonstrados apenas na DRE.

32 Energia elétrica comprada para revenda

	GWh(*)		R\$	
	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015
Energia de leilão (a)	9.184	6.954	1.776.155	1.503.493
Contratos Eletronuclear	364	372	60.981	82.270
Contratos cotas de garantias	5.026	2.298	256.775	139.944
Encargo de Serviço do Sistema - ESS/ Energia reserva	-	2.027	85.976	54.017
Energia bilateral	166	163	37.607	34.176
Energia de curto prazo – CCEE (b)	(997)	1.006	233.613	1.039.036
Programa incentivo fontes alternativas energia - PROINFA	239	814	76.975	53.464
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição ⁶	-	-	181.437	145.125
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo (c)	-	97	(229.875)	(277.351)
Outros custos	-	-	87.656	129.564
Total	13.982	13.731	2.567.300	2.903.738

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

- (a) A compra de Energia Leilão para o ano corrente, a CEMAR e a CELPA iniciaram o pagamento de novos leilões de energia com início em janeiro de 2016, tais como MCSD 2015, 15º Leilão de energia existente, 13º Leilão de energia nova, 17º Leilão de energia nova, 3º Leilão de fonte alternativas, aumentando a quantidade energia contratada e por conseguinte a despesa financeira correspondente à referida energia;
- (b) No período findo em 30 de setembro de 2016 as despesas de compra de energia no curto prazo tiveram influências dos seguintes fatores: (i) redução no custo médio é explicada pelo menor custo do PLD, preço utilizado para liquidação de energia comprada no mercado spot, cujo valor médio para este período ficou em R\$ 82,55 por MWh; (ii) a sobrecontratação de energia da distribuidora em virtude da recontratação de energia no 15º Leilão de Energia Existente (leilão A-1) e no recebimento de contratos de energia oriundos da participação do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits - MCSD Trocas Livres de novembro e dezembro de 2015; assim como o MCSD 4% com início de suprimento a partir de 2016; e
- (c) O valor refere-se a crédito de PIS e COFINS não cumulativo, na forma das Leis 10.637 de 2002 e 10.833 de 2003, originário de aquisição de energia elétrica para revenda.

33 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015
Receitas financeiras				
Rendas financeiras	25.629	-	233.839	142.722
Valores a receber/devolver parcela A (a)	-	-	43.408	60.450
Operações com instrumentos financeiros derivativos (b)	-	-	-	694.330
Acréscimo moratório de energia vendida (c)	-	-	115.508	160.006
Receita financeira de AVP	362	(1.042)	362	665
Variação monetária e cambial da dívida (d)	-	-	213.459	145.976
PIS/COFINS sobre receita financeira	(2.729)	-	(19.884)	(8.128)
Atualização do ativo financeiro (e)	-	-	167.107	199.652
Ajuste a valor presente RJ	-	-	-	394.439
Atualização sub-rogação CCC	-	-	-	41.941
Atualização CDE	-	-	-	24.752
Descontos obtidos	-	-	2.099	6.242
Juros ativos	-	-	6.918	4.851
Outras receitas financeiras	33.081	69.973	29.307	35.750
Total de receitas financeiras	56.343	68.931	792.123	1.903.648

⁶ O Grupo em 30/09/2015 apresentava a linha “Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição” separadamente da “Energia elétrica comprada para revenda”, sendo demonstrada apenas na DRE. Para efeito de comparabilidade e melhor análise, a mesma apresenta tal valor tanto em 2016 quanto em 2015 como parte do mesmo grupo.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015
Despesas financeiras				
Valores a receber/devolver parcela A (a)	-	-	(37.979)	(22.541)
Operações com instrumentos financeiros derivativos (b)	-	-	(276.598)	(610.837)
Varição monetária e cambial da dívida (d)	-	-	(36.723)	(264.399)
Encargos da dívida	-	-	(242.605)	(420.120)
Atualização de eficiência e contingências	-	-	(28.879)	(13.051)
Multas regulatórias	-	-	(1.324)	-
Atualização do ativo financeiro (e)	-	-	(61.281)	(22.688)
Despesa financeira de AVP	-	(6.023)	(26.578)	(13.449)
Juros, multas s/ operação de energia	-	-	(636)	(4.296)
Juros passivos	-	-	(26.105)	(17.280)
Descontos concedidos	-	-	(919)	-
Outras despesas financeiras	(4)	(98)	(448)	(47.747)
Total de despesas financeiras	(4)	(6.121)	(740.075)	(1.436.408)
Resultado financeiro líquido	56.339	62.810	52.048	467.240

- (a) A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a conta de compensação de variação de valores de Itens da "Parcela A" - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica, de forma a permitir maior neutralidade no repasse destas variações para as tarifas. Essas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC;
- (b) Refere-se principalmente à contratação de operações de *swap*, que trocam dólar + spread por CDI+ spread, onde a principal variação foi a cambial sobre essas operações. No período findo em 30 de setembro de 2016 tivemos despesa de Swap no valor de R\$276.598, devido a queda do dólar em 2016 (vide nota d), contra uma receita no mesmo período de 2015;
- (c) São os valores provenientes da multa, atualização monetária e juros de mora gerados por atraso do pagamento da conta de energia emitida pela distribuidora;
- (d) O principal efeito da variação cambial, é derivado da queda do dólar em 17%, saindo de R\$3,90 em 31 de dezembro de 2015 para R\$3,25 no período findo em 30 de setembro de 2016, contra uma alta de 33% se comparando ao mesmo trimestre do ano de 2015;
- (e) Refere-se a ajuste dos ativos financeiros referente ao VNR em razão da homologação da revisão tarifária da CEMAR e CELPA, conforme despacho nº 2.441, de 29 de julho de 2015 (vide Nota 15). A mudança no índice de atualização do Ativo Financeiro passando de IGPM a IPCA, gerou uma alteração (decréscimo) no resultado financeiro. Tal mudança está de acordo com a Resolução Normativa nº 686/2015 de 23 de novembro de 2015; e
- (f) Refere-se à atualização pelo IGP-M dos recursos aprovados de sub-rogação CCC da controlada CELPA conforme previsto na Resolução Normativa nº 427, de 22 de fevereiro de 2011, calculados a partir de julho de 2011.

34 Entidade de previdência privada

CEMAR

Características do plano de aposentadoria

A CEMAR é patrocinadora da FASCEMAR - Fundação de Assistência e Seguridade dos Servidores da CEMAR, Fundação de Previdência Complementar, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, que tem por finalidade, na qualidade de entidade fechada de previdência complementar, a administração e execução dos Planos de Benefícios de natureza previdenciária.

A FASCEMAR foi totalmente reestruturada ao longo do ano de 2005, culminando na implantação e operacionalização de um novo plano previdenciário a partir de maio de 2006, - o Plano Misto de Benefícios I, em regime de contribuição definida na modalidade de contribuição variável de acordo com a classificação definida pela Previc. O plano oferece os benefícios de aposentadoria normal, na modalidade de contribuição definida, e o benefício por incapacidade e por morte de participante ativo, na modalidade de benefício definido, além dos institutos legais obrigatórios. Desde a sua implementação, verificou-se a adesão de 98% dos participantes ativos do Plano de Benefício Definido I (Plano BD I), assim como dos funcionários da CEMAR que não contavam com este benefício.

Atualmente, o Plano BD I atende em sua maioria os participantes aposentados e pensionistas que já se encontravam em gozo do benefício em abril de 2006. Este plano apresenta os benefícios de aposentadoria por idade, especial, tempo de contribuição e auxílio funeral.

A CEMAR, na qualidade de patrocinadora, recolhe, mensalmente, para os dois Planos, uma contribuição normal paritária ao total das contribuições recolhidas pelos participantes que pertençam ao seu quadro de pessoal. Na apuração do período findo em 30 de setembro de 2016, esse valor corresponde a R\$ 1.729 (R\$ 2.106 em 30 de setembro de 2015).

CELPA

A CELPA é patrocinadora em conjunto com seus empregados em atividade, ex-empregados e respectivos beneficiários, de planos de benefícios de aposentadoria e pensão com o objetivo de complementar e suplementar os benefícios pagos pelo sistema oficial da previdência social, cuja administração é feita por meio da FASCEMAR - Fundação de Previdência Complementar, entidade fechada de previdência complementar, multipatrocinada, constituída como fundação, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira.

A CELPA possui passivo atuarial não coberto que tem origem em acordo firmado entre a Companhia e os ex-empregados e pensionistas. Nos termos do acordo, deliberado pela Resolução nº 10, de 4 de agosto de 1989, pela Administração da CELPA e passando a vigorar a partir de 11 de junho de 1996, que conferiu direitos e benefícios previdenciários ao grupo de pessoas acima referido. A CELPA mantém provisionado integralmente o valor apurado deste passivo atuarial na rubrica "Plano de aposentadoria e pensão".

A CELPA, na qualidade de patrocinadora, recolhe, mensalmente, para 3 (três) planos (BD II, OP e R), uma contribuição normal paritária ao total das contribuições recolhidas pelos participantes que pertençam ao seu quadro de pessoal. Na apuração do trimestre findo em 30 de setembro de 2016, esse valor corresponde a R\$ 2.164 (R\$ 2.372 em 30 de setembro de 2015).

Através da Portaria nº 247, de 7 de maio de 2015, e Portaria nº 254, de 11 de maio de 2015, publicadas no Diário Oficial da União em 08 e 12 de maio de 2015, respectivamente, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC aprovou:

A cisão do Plano de Benefícios R, CNPB nº 2006.0066-65, referente à patrocinadora CELPA - Centrais Elétricas do Pará S.A. e a implantação do Plano de Benefícios CELPA R, a ser administrado pela FASCEMAR - Fundação de Previdência Complementar;

Inscrição no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios - CNPB, o Plano de Benefícios CELPA R, sob o nº 2015.0007-47;

A aplicação do Regulamento do Plano de Benefícios CELPA R, a ser administrado pela FASCEMAR - Fundação de Previdência Complementar;

O Convênio de Adesão celebrado entre a FASCEMAR - Fundação de Previdência Complementar e a CELPA - Centrais Elétricas do Pará S.A., na condição de patrocinadora do Plano de Benefícios CELPA R;

O "Termo de Cisão do Plano de Benefícios "R", cumulada com transferência de gerenciamento do Plano cindido ("Plano CELPA R"), entre entidades fechadas de previdência complementar", firmado entre a Redeprev - Fundação Rede de Previdência, a CELPA - Centrais Elétricas do Pará S.A. e a FASCEMAR Fundação de Previdência Complementar;

A cisão do Plano de Benefícios CELPA OP, CNPB nº 2000.0004-11, referente à patrocinadora CELPA - Centrais Elétricas do Pará S.A. e a transferência de gerenciamento do Plano de Benefícios CELPA OP para a FASCEMAR - Fundação de Previdência Complementar;

As alterações propostas no Regulamento do Plano de Benefícios CELPA OP, CNPB nº 2000.0004-11, a ser administrado pela FASCEMAR - Fundação de Previdência Complementar;

O Convênio de Adesão celebrado entre a FASCEMAR - Fundação de Previdência Complementar e a CELPA - Centrais Elétricas do Pará S.A., na condição de patrocinadora do Plano de Benefícios CELPA OP; e

O "Termo de Cisão e transferência de gerenciamento do Plano de Benefícios CELPA OP entre Entidades Fechadas de Previdência Complementar", firmado entre a Redeprev - Fundação Rede de Previdência, a CELPA - Centrais Elétricas do Pará S.A. e a FASCEMAR - Fundação de Previdência Complementar.

Coube à FASCEMAR e a REDEPREV providências conjuntas, que garantissem que a efetiva transferência ocorresse no prazo de 120 dias contados a partir da data de publicação das Portarias de aprovação no Diário Oficial da União acima mencionado.

Em 3 de julho de 2015, a FASCEMAR encaminhou à REDEPREV Carta de Aptidão prevista nos Termos de Cisão e Transferências de Gerenciamento dando continuidade ao processo de transferência de gerenciamento dos Planos de Benefícios CELPA OP e CELPA R para a FASCEMAR. Desta forma, desde o dia 3 de agosto de 2015 as operações e as obrigações dos Planos de Benefícios CELPA OP e CELPA R estão sob a responsabilidade da FASCEMAR.

Déficit Técnico do Plano CELPA R

O Plano CELPA R, ainda na gestão REDEPREV, apresentou por 3 (anos) consecutivos um déficit técnico, e desta forma e em cumprimento à legislação vigente, foi elaborado pelo Escritório Técnico de Assessoria Atuarial Ltda. um "Plano de Equacionamento de Déficit Técnico", o qual foi aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC.

Encontra-se em fase de assinaturas o "Termo de Equacionamento de Déficit", a ser firmado entre CELPA e FASCEMAR, em cumprimento ao Plano de Equacionamento de Déficit Técnico, aprovado pela PREVIC e, contemplando as condições acima elencadas.

Os planos de benefícios previdenciários patrocinados pela Companhia estão descritos a seguir:

(i) Plano de benefícios CELPA BD-I

Instituído em 30 de julho de 1982, encontra-se em extinção desde 1º de janeiro de 1998, data em que foi bloqueada a adesão de novos participantes. São assegurados os seguintes benefícios suplementares:

Aposentadoria por tempo de serviço/velhice;

Aposentadoria por invalidez;

Auxílio-doença;

Pensão por morte; e

Pecúlio por morte.

O plano está estruturado na forma de Benefício Definido e é custeado pelos Participantes, pelos Assistidos e pela Patrocinadora.

(ii) *Plano de Benefícios CELPA BD-II*

Instituído em 1º de janeiro de 1998, encontra-se em extinção desde 1º de abril de 2000, quando foi bloqueada a adesão de novos participantes. Assegura os seguintes benefícios suplementares:

Aposentadoria por tempo de serviço/velhice;

Aposentadoria por invalidez;

Auxílio-doença;

Pensão por morte; e

Pecúlio por morte.

O plano está estruturado na forma de Benefício Definido e é custeado pelos Participantes, pelos Assistidos e pela Patrocinadora.

(iii) *Plano de Benefícios CELPA OP*

Instituído em 1º de abril de 2000 e assegura o benefício de Renda Mensal Financeira ou Renda Mensal Vitalícia, após o prazo de diferimento.

O Plano CELPA OP é contributivo, na modalidade CV (Contribuição Variável), em que o benefício futuro depende do valor das contribuições realizadas pelo participante.

O Plano opera de forma indissociável do Plano de Benefícios CELPA “R”, em que estão os chamados benefícios de risco (doença; invalidez e pensão por morte).

O custeio do plano é de responsabilidade dos participantes e das patrocinadoras. As contribuições realizadas são alocadas em fundos, visando ao pagamento dos benefícios no futuro.

A contribuição mensal é definida pelo participante. É possível também fazer contribuições esporádicas a qualquer momento, como forma de melhorar a renda futura.

O participante pode optar pelo benefício de Renda Mensal Financeira ou Renda Mensal Vitalícia.

Os benefícios oferecidos pelo Plano OP são:

Renda mensal vitalícia, com reversão aos beneficiários;

Renda mensal financeira, com reversão aos beneficiários; e

Pecúlio por invalidez ou morte.

(iv) *Plano de Benefícios CELPA R*

Obteve autorização e aprovação para a aplicação do seu Regulamento através da Portaria nº 880, de 12 de janeiro de 2007, emitida pelo Departamento de Análise Técnica da Secretaria de Previdência Complementar do MPS. O referido plano é resultante da fusão dos extintos Planos de Benefícios CELPA-R, CEMAT-R e ELÉTRICAS-R, cujos Regulamentos foram condensados em

um único Regulamento, sem solução de continuidade. Assegura benefícios de risco estruturados na modalidade de Benefício Definido a seguir:

Auxílio-doença;

Aposentadoria por invalidez;

Pensão por morte;

Pecúlio por morte;

Abono anual; e

Os benefícios são custeados exclusivamente pela CELPA.

(v) *Plano de assistência médica*

Dentre os vários benefícios aos empregados, a CELPA é instituidora de planos de saúde e odontológicos, os quais são descritos a seguir:

Central Nacional Unimed - CNU

Instituído em 1º de maio de 2006, através do Contrato nº 402, tem por objeto a cobertura de serviços de assistência médica ambulatorial e hospitalar com obstetrícia, com Abrangência Nacional, cobertura de todos os Procedimentos constantes no Rol de Procedimentos da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, na modalidade de pré-pagamento com coparticipação apenas a partir sexta consulta por ano e beneficiário, com contribuição do empregado no custeio do Plano. É oferecido para os colaboradores da CELPA, bem como a seus dependentes, exceto para diretores e gerentes. Além deles, é possível a inclusão tão somente de dependentes legais, quais sejam Cônjuge/Companheiro (a), Filho (a), Enteado (a), Menor Sob Guarda e Menor Tutelado (a) solteiro (a) com até 24 anos de idade ou, se inválido (a) sem limite de idade. As mensalidades são estabelecidas por tipo de Acomodação contratada, que são Enfermaria, Apartamento e Diferenciado. A contribuição é definida através de custo médio e não é feita a distinção de valores nas contribuições (mensalidades) dos segurados ativos e dos segurados ex-empregados. Esta contribuição é redefinida para cada período anual de cobertura, sendo reajustada em função da alteração nos valores dos procedimentos cobertos, em função da sinistralidade da apólice ou ainda da alteração na composição do grupo segurado (fatores que influenciam no custo da Operadora). O valor das mensalidades vigentes pagas pelos participantes e pela CELPA é definido de acordo com a faixa salarial.

Unimed Seguro Saúde

A CELPA oferece a seus empregados e ex-empregados (aposentados e demitidos) um seguro saúde administrado pela operadora Unimed Seguro Saúde S/A, na modalidade Ambulatorial e Hospitalar com Obstetrícia, com abrangência nacional. É oferecido para os diretores e gerentes da CELPA, bem como a seus dependentes. Os prêmios são estabelecidos de forma uniforme para todos os beneficiários de um mesmo seguro e existe a possibilidade de empregados demitidos e aposentados continuarem no seguro saúde, desde que assumam o prêmio do seguro integralmente. O valor das mensalidades vigentes pagas pelos participantes e pela CELPA é definido de acordo com o plano (Líder ou Sênior).

Plano odontológico Uniodonto

A CELPA oferece um plano odontológico administrado pela operadora Uniodonto Belém a seus empregados e ex-empregados (aposentados e demitidos), bem como para seus dependentes.

Diferente do que ocorre nos planos médicos, as despesas odontológicas não aumentam em função do envelhecimento dos participantes.

Apesar de haver a possibilidade de ex-empregados permanecerem no plano odontológico, esta permanência não eleva a mensalidade paga pela CELPA para seus empregados (ativos). Sendo assim, não há compromisso de pós-emprego (subsídio cruzado).

35 Instrumentos financeiros

35.1 Considerações gerais

Em atendimento à Deliberação CVM 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40, a Companhia e suas controladas efetuaram análise dos seus instrumentos financeiros, a saber: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, ativos financeiros da concessão, fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e derivativos, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado.

A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos, proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio e obedecer aos índices financeiros estabelecidos em seus contratos de financiamento (*covenants*), sendo eles dívida líquida sobre LAJIDA ajustado⁷ (DL/LAJIDA Ajustado) e dívida líquida sobre a dívida líquida somada ao patrimônio líquido (DL/(DL+PL)).

35.2 Política de utilização de derivativos

O Grupo utiliza operações com derivativos para conferir proteção às oscilações de indexadores macroeconômicos e conferir proteção às oscilações de cotações de moedas estrangeiras.

As controladas CELPA e CEMAR possuem *swap* para fins de proteção cambial.

35.3 Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros (Consolidado)

Os valores justos estimados de ativos financeiros do Grupo foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

⁷ O LAJIDA Ajustado é calculado por meio do LAJIDA acrescido ou reduzido por itens que entendemos como não recorrentes ou que não afetam a nossa geração de caixa, como perda/ganho na desativação de bens e direito.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475, os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 estão identificados conforme a seguir:

Ativo	Categoria dos instrumentos financeiros	30/09/2016		31/12/2015	
		Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Caixa e equivalentes de caixa	Ativos financeiros ao valor justo	415.911	415.911	397.866	397.866
Investimentos de curto prazo	Ativos financeiros ao valor justo	1.630.801	1.630.801	2.083.474	2.083.474
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	2.558.479	2.558.479	2.255.296	2.255.296
Depósitos judiciais	Empréstimos e recebíveis	195.117	195.117	175.804	175.804
Instrumentos financeiros derivativos ⁸	Ativos financeiros ao valor justo	18.833	18.833	326.629	326.629
Sub-rogação da CCC - valores		85.961	85.961	65.824	65.824
Ativo financeiro de concessão	Mantido até o vencimento	2.435.729	2.435.729	2.228.931	2.228.931
Total do ativo		<u>7.340.831</u>	<u>7.340.831</u>	<u>7.533.824</u>	<u>7.533.824</u>

Passivo	Categoria dos instrumentos financeiros	30/09/2016		31/12/2015	
		Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Fornecedor	Empréstimos e recebíveis	825.561	825.561	934.780	934.780
Empréstimos e financiamentos	Empréstimos e recebíveis	2.927.415	2.927.415	3.392.653	3.392.653
Instrumentos financeiros derivativos	Passivos financeiros ao valor justo	53.584	53.584	-	-
Debêntures	Empréstimos e recebíveis	633.028	612.956	542.485	532.144
Total do passivo		<u>4.439.588</u>	<u>4.419.516</u>	<u>4.869.918</u>	<u>4.859.577</u>

Caixa e equivalente de caixa e investimentos de curto prazo - são classificados como de valor justo através do resultado. A hierarquia de valor justo dos investimentos de curto prazo é nível 1.

Contas a receber de clientes- decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável. Nível 2 na hierarquia de valor justo.

Ativo financeiro de concessão - são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. Nível 2 na hierarquia de valor justo.

Fornecedores - decorrem diretamente da operação da Companhia e são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo. Nível 2 na hierarquia de valor justo.

Empréstimos e financiamentos - tem o propósito de gerar recursos para financiar os programas de investimento da Companhia e eventualmente gerenciar necessidades de curto prazo. São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão contabilizados pelos seus valores amortizados. Nível 2 na hierarquia de valor justo.

Debêntures - são classificadas como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão contabilizados pelo seu valor amortizado. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de mercado secundário da própria dívida ou dívida equivalente, divulgadas pela ANBIMA. Nível 2 na hierarquia de valor justo.

Instrumentos financeiros derivativos - são classificados pelo valor justo através do resultado tem como objetivo a proteção às oscilações de taxa de juros e moeda estrangeira. Para as

⁸ O Grupo retificou os valores apresentados anteriormente na rubrica "Instrumentos financeiros derivativos".

operações de *swaps*, a determinação do valor de mercado foi realizada utilizando as informações de mercado disponíveis. Nível 2 na hierarquia de valor justo.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- **Nível 2** - *Inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

35.4 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa da Companhia são instrumentos financeiros de alta liquidez e o valor de mercado reflete o valor registrado no balanço patrimonial. São compostos por numerários disponíveis e investimentos financeiros.

A Companhia mantém os equivalentes de caixa com a intenção de atender a seus compromissos de caixa de curto prazo.

Os investimentos financeiros da Companhia são de curto prazo e de alta liquidez. São também conversíveis em um montante conhecido de caixa e são indexadas ao CDI, que é considerada uma taxa livre de risco.

35.5 Fatores de risco (gerenciamento dos riscos financeiros) - Instrução CVM nº 475

O Conselho de Administração das controladas CEMAR e CELPA têm a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos.

Os riscos descritos a seguir são uma compilação do apontamento pelas diversas áreas, conforme suas respectivas especialidades. A Administração define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle.

Os procedimentos de gerenciamento de risco do Grupo são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais estão expostos, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de riscos e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades. As controladas CEMAR e CELPA através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, buscam manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

O Comitê de Auditoria do Grupo supervisiona a forma como a Administração monitora a aderência às políticas e procedimentos de gerenciamento de risco das controladas, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais as mesmas estão expostas. O Comitê de Auditoria é suportado pelo time de auditoria interna na execução de suas atribuições. A auditoria interna realiza revisões regulares e esporádicas nas políticas e procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado destes procedimentos é reportado para o Comitê de Auditoria

(i) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia em incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia. Os saldos elevados, bem como as idades dos recebíveis provenientes de contas a receber de clientes, constituem um risco para a liquidez e para a estrutura de capital da Companhia. A Administração acompanha as situações em aberto e para mitigar o risco de inadimplência. A Companhia utiliza todas as ferramentas de cobrança permitidas pelo órgão regulador, tais como corte por inadimplência, negativação de débitos e negociação das posições em aberto. Para mitigar o risco das instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, a Companhia seleciona apenas instituições com baixo risco, avaliadas por agências de rating. A Companhia preserva seus ativos de concessão de acordo com a legislação vigente e monitora as possíveis definições nas regras de reversão da concessão.

(ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentados nas Notas 19 e 20.

A Companhia tem obtido recursos a partir da sua atividade comercial e do mercado financeiro, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

A gestão dos investimentos financeiros tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

A geração de caixa da Companhia e sua pouca volatilidade nos recebimentos e obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano prestam à Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo o seu risco de liquidez.

(iii) Riscos de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros, compreendendo ainda os limitadores de endividamento definidos em contratos, cujo descumprimento pode implicar em vencimento antecipado, conforme descritos a diante desta nota explicativa. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

(iv) Risco cambial

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações no câmbio. Parte do passivo financeiro da Companhia estão suscetíveis a variações cambiais, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre aqueles saldos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente o dólar. Atualmente a exposição da controlada CEMAR ao câmbio é de 12% e a CELPA em 33,8% de sua dívida. As controladas monitoram continuamente as taxas de câmbio e de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A CELPA possui quatro dívidas em moeda estrangeira, sendo que duas delas, que representam 62,9% da exposição cambial, possuem *SWAP* para proteção contra as oscilações de câmbio. Outra dívida é com BID –Banco Interamericano de Desenvolvimento que representa 29,5% do total da dívida exposta ao câmbio, mas que por fazer parte do PRJ, está toda no passivo não circulante, com vencimento em 30/06/2026; E finalmente uma quarta, que possui uma Caução para proteção contra as oscilações de câmbio, tem baixa representatividade no endividamento global desta controlada e é derivada de seu contrato com a Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

A sensibilidade dessa dívida foi demonstrada em cinco cenários, em conformidade com a Instrução nº 475 da CVM. Um cenário com taxas reais verificadas 30 de setembro de 2016 (Cenário Provável); mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) da cotação da moeda estrangeira considerada.

Incluimos ainda mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a depreciação de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V).

35.6 Gestão de risco decorrente de instrumentos financeiros

Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros ou variação cambial (R\$ Mil)						
Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%
Passivos financeiros						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	USD	263.963	(1.038)	(266.039)	528.966	793.967
Referência para passivos financeiros		Taxa em 30/09/2016	+25%	+50%	-25%	-50%
Dólar USD/R\$		3,25	4,06	4,87	2,43	1,62

De acordo com o CPC 40(R1), apresentamos abaixo os valores dos instrumentos derivativos do Grupo, vigentes em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, que podem ser assim resumidos:

Operações passivas		Valor justo	
Objetivo de <i>hedge</i> de risco de mercado	Indexadores	30/09/2016	31/12/2015
SWAP			
Ponta ativa	US\$	84.552	383.679
Ponta passiva	CDI	(119.303)	(57.050)
Total		(34.751)	326.629
Ativo circulante		-	52.826
Ativo não circulante		18.833	273.803
Passivo circulante		(53.584)	-

A CEMAR possui *Swap* com os bancos Itaú e Santander referentes às operações em moeda estrangeira, com seus respectivos vencimentos em 23 de dezembro de 2017 e 10 de outubro de 2017. Em 30 de setembro de 2016, os saldos devedores dos contratos na operação em moeda estrangeira do Itaú e Santander são respectivamente R\$ 133.899 e R\$ 132.994.

A CELPA possui *Swap* com os bancos Itaú e Santander referentes às operações em moeda estrangeira, com seus respectivos vencimentos em 24 de fevereiro de 2017 e 2 de fevereiro de 2019. Em 30 de setembro de 2016, os saldos devedores dos contratos na operação em moeda estrangeira do Itaú e Santander são respectivamente R\$ 113.042 e R\$367.640.

(i) Risco de vencimento antecipado

As controladas possuem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com *covenants* que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses índices podem implicar em vencimento antecipado das dívidas. A Administração acompanha suas posições, bem como projeta seu endividamento futuro para atuar preventivamente aos limites de endividamento mencionados nas notas 19 (Empréstimos e financiamentos) e 20 (Debêntures).

(ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros

As variações das taxas de juros da economia afetam tanto os ativos quanto os passivos financeiros do Grupo. Abaixo demonstramos os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no endividamento em moeda nacional do Grupo.

A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros das controladas foi demonstrada em cinco cenários.

Apresentamos em conformidade com a Instrução nº 475 da CVM, um cenário com taxas reais verificadas em 30 de setembro de 2016 (Cenário provável) mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) dos indexadores.

Incluímos, ainda, mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a redução de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V) desses indexadores.

		Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros (R\$ Mil)				
Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%
Ativos Financeiros						
Aplicações financeiras	CDI	208.212	260.265	312.317	156.139	104.105
Passivos Financeiros						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	CDI	(73.910)	(89.909)	(105.909)	(57.910)	(41.912)
	SELIC	(37.504)	(39.467)	(41.431)	(35.540)	(33.576)
	TJLP	(73.426)	(84.362)	(95.298)	(62.490)	(51.553)
	IGP-M	(16.857)	(20.424)	(23.991)	(13.291)	(9.724)
	FINEL	(5.979)	(6.448)	(6.917)	(5.510)	(5.041)
	IPCA	(298.376)	(301.519)	(304.663)	(295.233)	(292.090)

O impacto da sensibilidade no resultado e no patrimônio líquido da controlada CEMAR é demonstrado abaixo:

Cenários	Impacto no resultado	Impacto no patrimônio líquido
Cenário provável	-	-
Cenário II	3.656	3.038
Cenário III	7.311	6.077
Cenário IV	(3.656)	(4.273)
Cenário V	(7.311)	(8.546)

O impacto da sensibilidade no resultado e no patrimônio líquido da controlada CELPA é demonstrada abaixo:

Cenários	Impacto no resultado	Impacto no patrimônio líquido
Cenário provável	-	-
Cenário II	(301.818)	(250.865)
Cenário III	(603.635)	(501.730)
Cenário IV	301.818	352.770
Cenário V	603.635	705.540

(iii) Risco de escassez de energia

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria redução de receita. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as últimas simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico (ONS) não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

(iv) Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento

Os processos de revisão e reajuste tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. Alterações na metodologia vigente devem ser amplamente discutidas e contarão com contribuições da Companhia, concessionárias e demais agentes do setor. Em caso de evento imprevisível que venha a afetar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, poderá as controladas CEMAR e CELPA justificar e requerer ao regulador a abertura de uma Revisão Tarifária Extraordinária, ficando a realização desta ao critério do regulador. A própria ANEEL também poderá proceder com Revisões Extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para seu repasse às tarifas.

35.7 Gestão do capital

A política da Administração da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e do mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e também o nível de dividendos para os acionistas.

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de alavancagem e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável, estabelecendo e acompanhando as diretrizes dos níveis de endividamento e liquidez, assim como as condições de custo e prazo dos financiamentos contratados.

O gerenciamento do capital está baseado no acompanhamento de três indicadores financeiros,

estabelecendo os limites máximos que não comprometem as operações do Grupo:

Dívida Líquida/EBITDA

Dívida Líquida/ (Dívida Líq. + Patrimônio Líquido)

Dívida de Curto Prazo/Dívida Total

No período findo em 30 de setembro de 2016, o Grupo atingiu níveis esperados dos indicadores mencionados acima.

36 Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia das controladas CEMAR e CELPA são os seguintes:

CEMAR

	Vigência	2016	2017	2018	Após 2018
Energia contratada	2016 a 2032	1.100.913	1.201.130	1.357.586	29.535.063

CELPA

	Vigência	2016	2017	2018	Após 2018
Energia contratada	2016 a 2032	1.914.392	1.997.884	2.373.123	53.683.874

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 6 a 30 anos, representam o volume total contratado pelo preço atualizado de acordo com a cláusula do CCEAR, e foram homologados pela ANEEL.

37 Segmento de negócios

Os segmentos operacionais da Companhia são internamente organizados principalmente como entidade jurídica. A Companhia agrupou os segmentos operacionais da seguinte forma: Distribuição, Serviços, Comercialização e Administração central e outros.

A Companhia analisa o desempenho dos segmentos e aloca recursos baseando-se em diversos fatores, sendo as receitas e o lucro operacional os fatores financeiros preponderantes.

Equatorial Energia S.A.
Informações Trimestrais em
30 de setembro de 2016

	Distribuição		Serviços / Comercialização		Administração Central e outros		Eliminações e ajustes		Consolidado ⁹	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
Ativos operacionais	12.241.179	12.048.500	101.930	83.817	4.202.299	3.686.144	(3.689.815)	(3.232.574)	12.855.593	12.585.887
Passivos operacionais	8.281.597	8.576.866	46.328	37.308	206.688	206.893	(511.410)	(464.419)	8.023.203	8.356.648
	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015
Receita líquida	5.340.248	5.104.242	147.873	154.995	-	1	-	-	5.488.121	5.259.238
Custo dos serviços	(3988.703)	(3.910.397)	(133.770)	(138.650)	-	-	-	-	(4.122.473)	(4.049.047)
Lucro bruto	1.351.545	1.193.845	14.103	16.345	-	1	-	-	1.365.648	1.210.191
Despesas com vendas	(337.438)	(288.494)	-	-	-	-	-	-	(337.438)	(288.494)
Despesas gerais e administrativas	(335.710)	(346.370)	(458)	(113)	(28.057)	(36.335)	49.838	(981)	(314.387)	(383.799)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	-	497.647	657.387	(477.381)	(632.871)	20.266	24.516
Amortização do ágio	-	-	-	-	(4.780)	(5.030)	-	-	(4.780)	(5.030)
	678.397	558.981	13.645	16.232	464.810	616.023	(427.543)	(633.852)	729.309	557.384
Receita financeira	764.492	1.876.316	4.715	5.127	56.343	68.931	(33.427)	(46.726)	792.123	1.903.648
Despesa financeira	(772.178)	(1.476.728)	(1.320)	(285)	(4)	(6.121)	33.427	46.726	(740.075)	(1.436.408)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	670.711	958.569	17.040	21.074	521.149	678.833	(427.543)	(633.852)	781.357	1.024.624
Imposto de renda e contribuição social	(124.261)	(229.340)	(4.145)	(7.413)	(14.839)	(12.928)	(7.600)	151	(150.845)	(249.530)
Lucro antes das participações dos não controladores	546.450	729.229	12.895	13.661	506.310	665.905	(435.143)	(633.701)	630.512	775.094
Atribuível aos acionistas não controladores	-	-	5.232	6.676	-	-	118.970	102.513	124.202	109.189
Atribuível aos acionistas da controladora	546.450	729.229	7.663	6.985	506.310	665.905	(554.113)	(736.214)	506.310	665.905
Lucro líquido do período	546.450	729.229	12.895	13.661	506.310	665.905	(435.143)	(633.701)	630.512	775.094

⁹ A Companhia, para melhor apresentação, redistribuiu as informações de 2015 a fim de manter a comparabilidade com as informações atuais.

38 Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com as apólices de seguros contratadas pela Equatorial e por suas controladas CEMAR e CELPA, está demonstrada conforme a seguir:

Equatorial

Riscos	Vencimento das apólices	Importância segurada
D&O Geral	01/12/2016	30.000
Empresarial – Escritório	22/04/2017	1.650

CEMAR

Riscos	Vencimento das apólices	Importância segurada
Riscos operacionais	31/12/2016	224.079
Responsabilidade civil geral - operações	31/12/2016	7.000
Riscos diversos	20/02/2017	1.295
Seguro garantia judicial	(a)	37.625
Seguro garantia leilão de energia	(b)	127
Automóvel	31/01/2017	(c)

- (a) 50 apólices com vencimentos entre julho de 2015 a julho de 2016.
- (b) 8 apólices com vencimentos entre agosto de 2015 a abril de 2016.
- (c) 112 veículos segurados.

A controlada CEMAR adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da CEMAR são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de um exame das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

CELPA

Riscos	Vencimento das apólices	Importância segurada
Riscos operacionais	31/12/2016	293.945
Responsabilidade civil geral - operações	31/12/2016	7.000
Automóvel (a)	31/12/2016	-
Automóvel (b)	31/12/2016	-
Seguro garantia judicial (c)	-	110.652
Seguro garantia leilão de energia (d)	-	624

- (a) 36 veículos próprios segurados, conforme apólices.
- (b) 58 Hilux próprias, conforme apólice.
- (c) Apólices vigentes até JAN/2021
- (d) Apólices vigentes até JUN/2017

A CELPA mantém apólices de seguros, por montantes considerados suficientes, para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável por danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da CELPA são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de um exame das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

39 Eventos subsequentes

Sétima emissão de debêntures – CEMAR

Em 16 de setembro de 2016, a CEMAR realizou a sétima emissão de debêntures, com liquidação realizada em 1º de novembro de 2016, sendo uma emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, no montante total de R\$270.000, sendo o vencimento da primeira série em 15 de outubro de 2021 e o da segunda série em 15 de outubro de 2023, oferta que foi objeto de registro na CVM em 27 de outubro de 2016 sob o número CVM/SRE/DEB/2016/002 para a primeira série e sob número CVM/SRE/DEB/2016/003 para a segunda série.

Segunda emissão de debêntures - CELPA

Em 10 de agosto de 2016 o Conselho de Administração da CELPA aprovou a segunda Emissão de Debêntures, aprovação retificada em 10 de outubro de 2016, emissão com liquidação ainda a realizar, sendo uma emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia real e adicional fidejussória da Controladora Equatorial Energia, em série única, no montante total de até R\$90.000 e vencimento em janeiro/2024. A liquidação da operação está prevista para ocorrer em novembro/2016.

Leilão de Transmissão ANEEL 2016

Em 28 de outubro de 2016 a Companhia participou do Leilão de Transmissão promovido pela ANEEL e arrematou 7 lotes para construção de linhas de transmissão e subestações nos estados do Pará, Piauí, Minas Gerais e Bahia. Com o arremate dos 7 lotes, a maior aquisição feita no Leilão, prevemos a construção de 2.153 quilômetros de obras com prazo até 2022 para entrada em operação.

Lote	Localização	Investimento Estimado	RAP Máxima	RAP Contratada	Deságio	Início de Operação
		R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil		
8	BA	444.834	92.657	77.832	16,00%	fev/22
9	BA	466.115	98.038	70.588	28,00%	fev/22
12	BA / PI	547.501	114.332	102.900	10,00%	fev/22
14	MG / BA	1.060.089	223.057	185.598	16,79%	fev/22
15	MG / BA	433.199	91.108	85.642	6,00%	fev/22
16	MG	504.598	106.179	106.179	0,00%	fev/22
23	PA	426.985	89.785	89.784	0,00%	fev/22
TOTAL		3.883.321	815.156	718.523		

Conselho de Administração

Carlos Augusto Leone Piani

Eduardo Saggioro

Firmino Ferreira Sampaio Neto

Guilherme Aché

Luís Henrique Moura

Marcelo Monteiro

Conselho Fiscal

Paulo Roberto Franceschi

Saulo de Tarso Alves de Lara

Vanderlei Dominguez da Rosa

Diretoria Executiva

Augusto Miranda da Paz Júnior
Diretor Presidente

Carla Ferreira Medrado
Diretora

Eduardo Haiama
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
Diretor

Marcos Antônio Souza de Almeida
Diretor

Tinn Freire Amado
Diretor

Geovane Ximenes de Lira
Gerente de Contabilidade e Tributos
Contador
CRC-PE012996-O-3-S-MA